

PORENTIA

Em defesa da causa indígena

Ano XLIII • Nº 444 • Brasília-DF • Abril 2022

50 ANOS

CIMI E SUA MÍSTICA MISSIONÁRIA MILITANTE

Há 50 anos a serviço da vida e da diversidade. Testemunho do nascimento da esperança do ventre estéril da pátria que desprezava seus povos indígenas, permanece na missão e conclama à sociedade a rever sua história

Páginas 10, 11, 12, 13, 14 e 15

EDIÇÃO ESPECIAL

GRANDE MOBILIZAÇÃO INDÍGENA

“RETOMA O BRASIL”

8 mil lideranças indígenas, de 200 povos originários, tomaram conta da capital federal durante o Acampamento Terra Livre 2022, em defesa de seus territórios, contra o garimpo que mata e desmata, pelo compartilhamento de suas vivências e pelo compromisso de Aldear a Política brasileira

Páginas 6, 7, 8 e 9

Com luta, teimosia e esperança, os povos indígenas resistem

Página 2



Foto: Hellen Laures

Com luta, teimosia e esperança, os povos indígenas resistem

Apesar de toda a violência no passado e no presente, os povos indígenas continuam mobilizados em defesa de seu direito a existir. E abril é um dos meses que mais traduz essa bandeira de luta histórica. É a resistência dos povos originários refletida nas atividades desempenhadas para o Dia dos Povos Indígenas (dia 19) – com toda sua pluralidade –, para o Acampamento Terra Livre (ATL) – grande mobilização indígena do país –, para a Semana dos Povos Indígenas – que sempre faz um convite à reflexão da origem, cultura e história do povo brasileiro –, e, ainda, para as comemorações de aniversário da criação do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, que representa uma mudança profunda de paradigmas da atuação da Igreja junto aos povos indígenas, a partir dos ventos de uma teologia libertária e decolonial aplicada por pastorais comprometidas com as causas do povo.

É o mês que dá voz à reflexão sobre a situação dos povos originários e suas lutas no Brasil, que, infelizmente não tem motivos para comemorar, pois seus direitos fundamentais, reconhecidos na Constituição Federal de 1988, após muita luta e mobilização, estão sendo questionados e agredidos pelas elites econômicas e pelo próprio Estado.

Os povos indígenas representam uma extraordinária diversidade cultural e são responsáveis pela preservação e proteção dos territórios, das águas, das florestas, do ar que respiramos. Em todos os períodos da nossa história, eles estiveram presentes com sua luta pela existência e com sua resistência, apesar de a colonização ter se configurado como um processo violento contra os territórios, os corpos e as formas diversas de vida dos povos indígenas.

Em sua luta constante de resistência, como sementes teimosas, chegaram aos dias atuais com mais de 300 povos indígenas, falando mais de 170 línguas, com uma população de mais de 900 mil indígenas presentes em todo o Brasil, junto com a existência de povos indígenas livres que lutam por sua autonomia e seu direito de existir.

Mas os inimigos continuam atacando essas formas coletivas e integrais de vida.

Constatamos um aumento constante dos conflitos contra a vida dos povos indígenas. Os territórios são ameaçados e invadidos, na perspectiva colonial de integrá-los e submetê-los à lógica do capital; iniciativas legislativas e administrativas circulam no Congresso e no Executivo com a pretensão de desconstruir os direitos territoriais e inviabilizar os projetos de vida desses povos; povos indígenas são invisibilizados nos contextos urbanos.

O comércio, o agronegócio, o minério, o ouro, na visão das elites, estão acima da vida de comunidades, de povos, de lideranças que continuam resistindo em favor de todos nós.

No entanto, os povos indígenas continuam se organizando e se mobilizando em reuniões, encontros, assembleias, acampamentos, lutando pela garantia dos direitos conquistados, com muita luta, teimosia e Esperança.

E, diante desse cenário, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), prestes a completar 50 anos ao lado dos povos indígenas, vem manifestar mais uma vez seu testemunho da resistência desses povos e reiterar seu compromisso e apoio, conclamando todo o povo brasileiro a apoiar essa causa, que é de todos nós.

Os povos originários, por sua vez, também manifestaram sua resistência neste mês, representados nas mais de 8 mil lideranças, de 200 povos indígenas de todas as regiões do Brasil, que estiveram reunidos no 18º Acampamento Terra Livre – ATL. Lideranças que vieram a Brasília neste mês para colorir a capital federal de urucum e jenipapo, com as múltiplas cores dos cocares e para demonstrar ao país e ao mundo que, assim como seus ancestrais, seguem juntos, resistindo contra os distintos projetos de extermínio que as elites, donos ou representantes do capital e seus sucessivos governantes e aliados no Poder Legislativo têm articulado contra os povos originários ao longo desses 522 anos.

Além disso, em consonância com o tema da Campanha da Fraternidade realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - “Fraternidade e Educação” e o lema “Fala com sabedoria, ensina com amor” –, a Semana dos Povos Indígenas, desenvolvida pelo Cimi desde a década de 1980, nos faz refletir que, como povo brasileiro, temos uma origem, cultura e história. E com o tema: “Povos Indígenas e Educação” e lema: “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”, a Semana dos Povos faz um convite a pensar nesse jeito diferente, reconhecido pela Constituição Federal; jeito esse já praticado milenarmente pelos povos indígenas, valorizando os seres humanos, as suas histórias, tradições, culturas, línguas, bem como a natureza e os territórios.

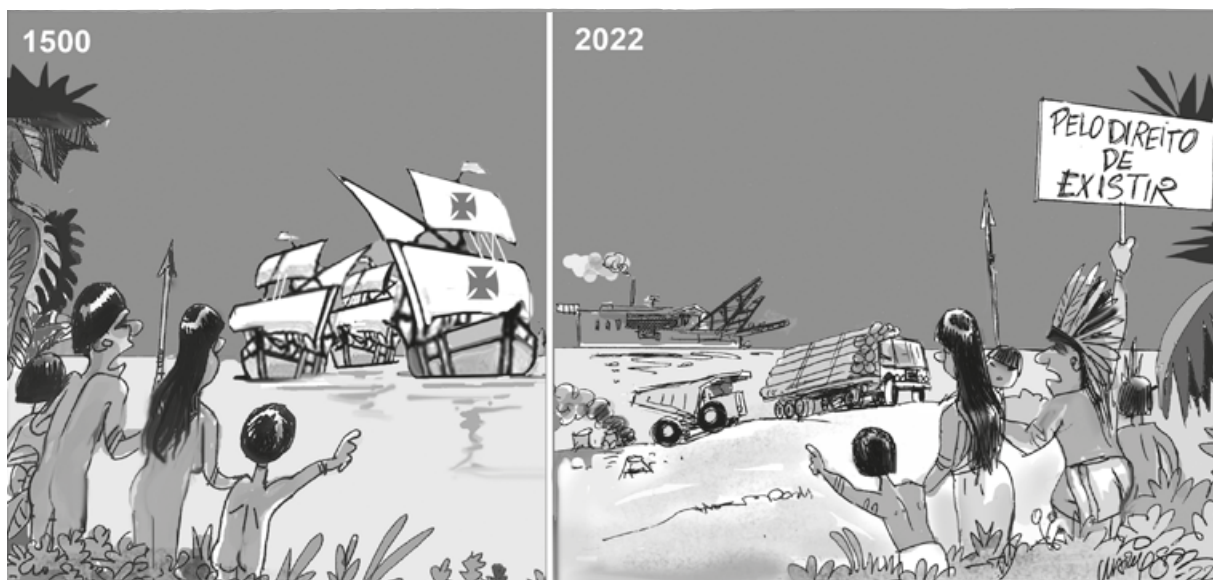
Por fim, abril vem para fazer ecoar a voz dos povos indígenas que repudiam a nomenclatura violentamente imposta para o dia 19 deste mês: não é dia de índio, é Dia dos Povos Indígenas, com toda a pluralidade e diversidade que os representa. Não índios, mas indígenas, sem ignorar, silenciar ou reduzir os que existem e resistem.

Birra presidencial

Em nova ameaça ao STF, Bolsonaro diz que descumprirá decisão da corte caso a tese do marco temporal seja negada, confirmando sua missão de se opor à democracia brasileira. A fala ocorreu em evento de tecnologia voltado ao agronegócio, a Agrishow, quando o presidente afirmou não ter outra alternativa para uma possível decisão contrária aos seus desejos: “Você sabem que, dentro do Supremo, tem uma ação que está sendo levada adiante pelo ministro [Edson] Fachin querendo um novo marco temporal [de demarcação de terras indígenas]. Se ele conseguir vitória, restam duas coisas: entregar a chave para o Supremo ou falar que não vou cumprir. Eu não tenho alternativa”, afirmou. Se aprovada a tese defendida por Bolsonaro e pelo setor ruralista, uma espécie de linha de corte será criada condicionando as demarcações de terras indígenas à comprovação de que a ocupação tradicional ocorreu antes de 1988, ano da promulgação da Constituição Federal. Do contrário, não haveria esse direito. Acontece que em nenhum momento a Constituição dá essa interpretação. Além disso, os povos indígenas eram tutelados até 88 e, por esse motivo, não tinham permissão da lei e do Estado para ingressar com ações judiciais se quisessem voltar aos territórios de onde foram retirados à força. Ou seja, dizer que os indígenas deveriam estar em suas terras em 5 de outubro de 1988 é apagar a história de violências contra esses povos. Os direitos territoriais dos povos indígenas são originários, existem antes das leis, e estão reafirmados na Constituição Federal. Cabe ao governo apenas reconhecê-los demarcando as Terras Indígenas! O julgamento que dará andamento a esta questão está suspenso desde setembro do ano passado por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, mas está pautado no STF para retomada em junho deste ano. Até o momento, além do relator da ação, Fachin, que votou contra a adoção do marco temporal, apontando a inconstitucionalidade da tese, também votou o ministro Nunes Marques, indicado para o STF por Bolsonaro, que, claramente, se posicionou a favor da tese ruralista.

E por falar em direitos dos povos ...

Os indígenas do Brasil têm assegurada pela Constituição Federal a participação plena no processo eleitoral, mas a Justiça Eleitoral, além de garantir que os povos originários exerçam a cidadania por meio do voto, buscou, através da Portaria nº 367/2022, elaborar estudos e projetos para promover e ampliar a presença desses povos nas diversas fases das eleições. A medida foi publicada no Dia dos povos indígenas, 19 de abril, quando o Tribunal Superior Eleitoral instituiu a Comissão de Promoção da Participação Indígena no Processo Eleitoral. Coordenado pela assessora do Núcleo de Inclusão e Diversidade do TSE, Samara Pataxó, o colegiado, que também é composto por outros indígenas, visa planejar ações que foquem no fortalecimento do exercício da capacidade eleitoral dos indígenas, respeitando os respectivos costumes, linguagens e organização social. A Comissão deverá também atuar em atividades que promovam o enfrentamento da sub-representatividade indígena na política, de forma a auxiliar a Justiça Eleitoral no compromisso de ampliar o exercício da cidadania dos povos originários brasileiros. O pequeno avanço aponta para um futuro onde haja uma maior participação indígena no processo eleitoral, com a criação de espaços cada vez maiores de discussão, afim de retomar o debate sobre a participação dos povos originários na democracia do país, uma vez que eles somente conquistaram a cidadania plena, no sentido normativo, após a Constituição Federal de 1988.



Semana dos Povos Indígenas 2022: “Povos Indígenas e Educação”

A Semana dos Povos Indígenas 2022 traz o lema “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”

Por Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Clovis Antônio Brighenti, Elizabeth Aracy Rondon Amarante, Eunice Dias de Paula, Iara Tatiana Bonin, Luiz Gouvêa de Paula – com revisão de Marina Luísa Oliveira Silva e Verônica Nunes de Holanda

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) completa 50 anos de existência neste mês de abril de 2022. Durante toda sua história, o Cimi tem atuado no apoio à luta dos povos indígenas no Brasil, e na divulgação da causa indígena para a sociedade – um dos seus princípios e missão.

Em consonância com o tema da Campanha da Fraternidade realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Semana dos Povos Indígenas, desenvolvida pelo Cimi desde a década de 1980, orienta-nos a lembrar que, como povo brasileiro, temos uma origem, cultura e história muito importantes para o nosso convívio no dia a dia, e alimento para nossa estima.

Neste ano, o tema da Campanha da Fraternidade é “Fraternidade e Educação” e o lema “Fala com sabedoria, ensina com amor”, indo ao encontro da dinâmica de vida dos povos indígenas na sua integralidade, principalmente no aspecto da Educação. Por isso, a Semana dos Povos Indígenas 2022 terá como tema: “Povos Indígenas e Educação” e como lema: “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”.

Um jeito diferente, reconhecido pela Constituição Federal; jeito esse já praticado milenarmente pelos povos indígenas, valorizando os seres humanos, as suas histórias, tradições, culturas, línguas, bem como a natureza e os territórios.

O lema da Semana dos Povos Indígenas deste ano resgata a memória dos movimentos de professores indígenas que, desde a década de 1970, lutam para garantir políticas públicas de Educação que respeitem a sabedoria, as crenças e as formas de organização próprias de cada povo. Em encontros de professores indígenas, realizados em diferentes estados brasileiros, ressoava, e ainda ressoa, essa afirmação, nas vozes daqueles que buscam conduzir, no cotidiano de suas comunidades, processos educativos escolares diferenciados, condizentes com seus jeitos singulares de ser, pensar e viver.

Portanto, conclui-se que, Educação, para os povos indígenas, refere-se a todo seu sistema de vida, de ambiente e de luta, ao seu modo de ver e de se relacionar com o mundo, sempre engajado e vivenciado com o todo, em respeito amoroso à nossa Casa-Comum.



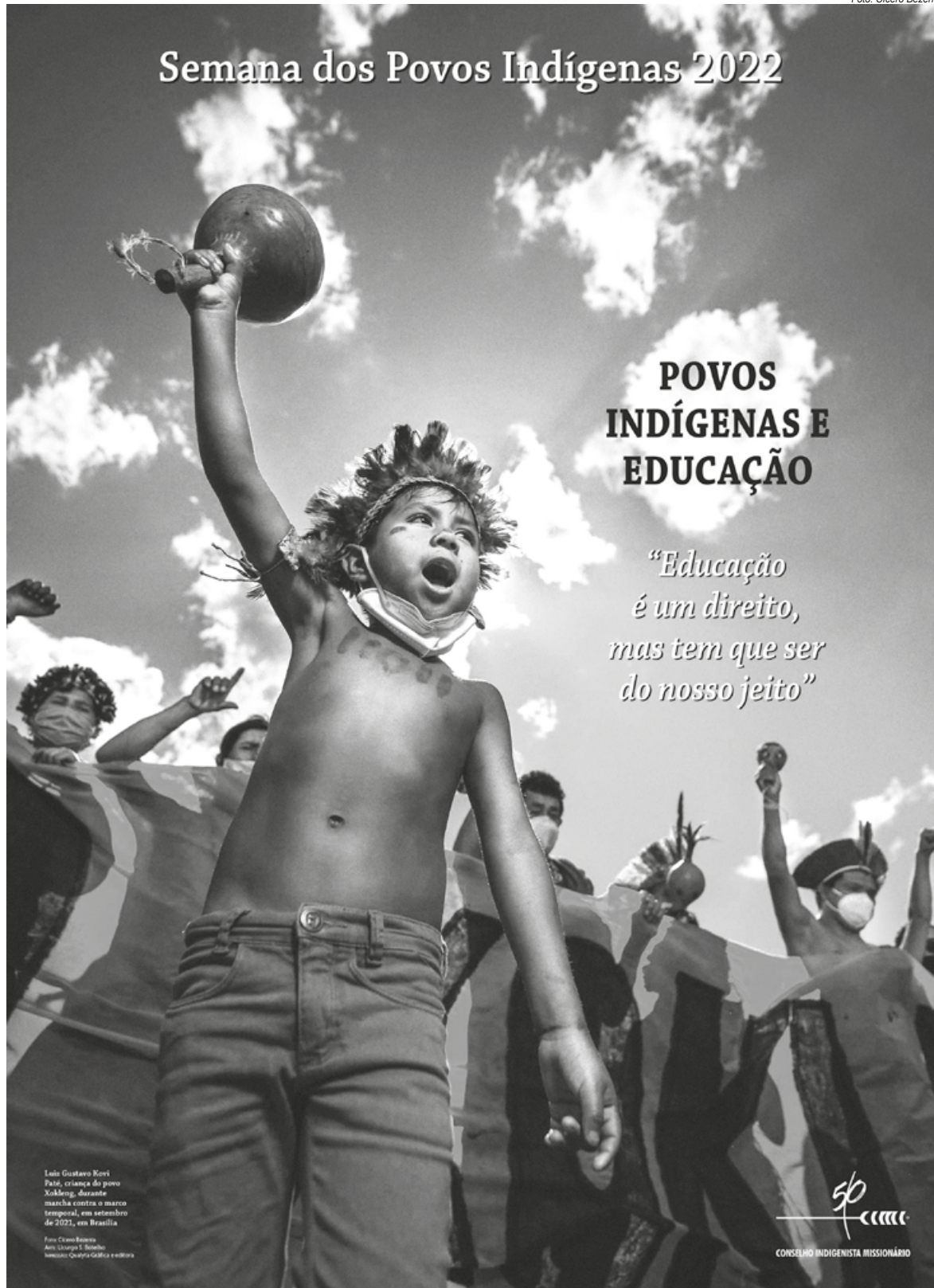
Foto: Elizabeth Amarante/Cimi

No tear, anciã do povo Myky ensinando neta a tecer tipoia

Modos de educar dos povos indígenas

Falar com sabedoria, ensinar com amor! Essas atitudes constituem princípios fundantes das pedagogias indígenas, nas quais os sábios anciãos e anciãs são detentores de saberes ancestrais. Através da oralidade, esses conhecimentos chegam aos jovens, perpassados por uma profunda amorosidade e confiança, depositadas nas novas gerações.

O olhar colonialista ignora que os povos indígenas possuem sistemas de educação próprios, com regras e momentos formais que permitem a socialização de crianças



Semana dos Povos Indígenas 2022

POVOS
 INDÍGENAS E
 EDUCAÇÃO

“Educação
 é um direito,
 mas tem que ser
 do nosso jeito”

Luiz Gustavo Kovi Paté, criança do povo Xokleng, durante marcha contra o marco temporal, em setembro de 2021, em Brasília

Foto: Cláudio Bezerra
 Arty: Luísa S. Oliveira
 Ilustração: Quênia Gráfica e Editora

50
 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

No cartaz: Luiz Gustavo Kovi Paté, criança do povo Xokleng, durante marcha contra o marco temporal, em setembro de 2021, em Brasília

e jovens, num processo marcado pelos valores e ideais de cada grupo étnico. Nos dias atuais, ainda ouvimos que os povos indígenas são selvagens e que precisam evoluir, visões marcadas por arraigados preconceitos!

Os processos educativos atuantes nas sociedades indígenas são frutíferos para a manutenção e reinvenção dos modos de vida destas coletividades e, assim, são eficientes dentro de um projeto societário específico. Os rituais de passagem das idades são momentos solenes que marcam as mudanças que ocorrem nos corpos, mas também sinalizam as novas responsabilidades que os jovens vão assumindo. A família extensa possibilita interações constantes entre os avós e os netos, o que favorece a apropriação das regras culturais necessárias para o Bem Viver das comunidades.

As crianças possuem um lugar especial nas comunidades indígenas. Na cosmovisão de muitos povos, as crianças não são compreendidas como seres incompletos, que necessitam aprender tudo com os adultos. Ao contrário, “os Guarani/Kaiowá acreditam que as crianças são criaturas divinas e que, através delas, Deus vive entre nós. Por meio das crianças, Deus manda sua bênção para a Terra”.^[1]

“Tive a oportunidade de entender que as crianças já vêm para o mundo completas, com a sua cultura, sua língua e com a sua dança. De acordo com os sábios, apenas preci- →

^[1] Elda Vasques Aquino. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA e os PROCESSOS PRÓPRIOS DE APRENDIZAGENS: espaços de inter-relação de conhecimentos na infância Guarani/Kaiowá, antes da escola, na Comunidade Indígena de Amambai, Amambai - MS. Campo Grande, MS, UCDB, 2012.

→ samos fazer com que elas percebam. Para isso é necessário ter paciência, tranquilidade, suavidade e aceitação. Todos esses elementos são fundamentais para amparar e segurar a criança e a sua alma para poder conduzi-la. Em outras palavras, esse processo é muito importante para o nosso povo, pois entendemos que as crianças são o remédio para a vida dos Guarani Nhandeva e confiança da manutenção da nossa cultura indígena.”^[2]

As relações com as crianças são permeadas por profundo respeito e, desde cedo, elas vivenciam valores como a partilha de alimentos. É comum vermos crianças levando peixes ou outros produtos para a casa de parentes, atividades que proporcionam a elas o conhecimento de regras culturais, ao mesmo tempo em que maiores responsabilidades vão sendo assumidas. Após o desmame, as crianças indígenas gozam de grande autonomia, pois podem sair com os irmãos e irmãs mais velhos, para pescar peixinhos ou caçar frutas silvestres.

As pedagogias indígenas, assim, proporcionam adultos integrados às diferentes sociedades indígenas, contribuindo para a manutenção e também para a modificação, quando se faz necessário, das bases materiais e dos princípios filosóficos, epistemológicos, pedagógicos que constituem cada cultura particular.

Os modos de ensinar e aprender próprios das comunidades indígenas são, então, marcados pelo respeito, pela amorosidade, e têm a participação de uma comunidade educativa, em especial nos processos que constituem a pessoa e seu lugar social. Nesse sentido, são muitos os momentos na vida de uma pessoa indígena que são “marcados por ações pedagógicas nas quais intervém quase toda a comunidade” (MELIÀ, 1999, p.13),^[3] possibilitando um acolhimento pautado pela sabedoria e pela responsabilidade comum.

Esse pensamento educativo poderia iluminar as sociedades modernas e ocidentais nas formas de se relacionar com as crianças, tão marcadas por autoritarismo e imposição de regras que, frequentemente, ocasionam desajustes entre as gerações. A noção de responsabilidade comum também pode nos inspirar na construção de formas não individualistas e não competitivas de organizar a vida.

A gama de conhecimentos dos povos originários pode tornar melhor o nosso mundo. Para ter acesso a esses conhecimentos, é necessário nos despirmos do etnocentrismo de que somos imbuídos e nos dispormos a aprender com eles. Afinal, nenhuma sociedade é superior às outras.

Direito à educação específica e diferenciada: uma conquista a partir de muita luta

A educação escolar está presente nas vidas dos povos indígenas há séculos. Gersem dos Santos Luciano, do povo Baniwa, explica que a implantação das primeiras escolas entre povos indígenas se deu quando os portugueses se instalaram sobre estas terras, no Século XVI. Por meio das escolas se pretendeu consolidar o empreendimento colonial. Tem-se, assim, uma história da educação escolar entre povos indígenas como braço executor de políticas genocidas, como prática de imposição de uma forma de vida, um instrumento de integração e de dissolução das diferenças culturais e linguísticas.



Crianças do povo Xukuru-Kariri, da região Nordeste do país, brincam em frente à escola

Até a promulgação da atual Constituição Federal, em 1988, as relações do Estado com as populações indígenas eram unicamente pautadas pelo propósito integracionista. No Artigo 50 do Estatuto do Índio (Lei 6001/1973), afirma-se que “a educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais”.

Contudo, a Constituição Federal de 1988, acolhendo as lutas e reivindicações das comunidades e dos movimentos indígenas, promoveu uma virada conceitual, revogando definitivamente a perspectiva integracionista. No Artigo 231, a Constituição estabelece que: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Assim, o resguardo desse direito cultural indígena está entrelaçado à garantia do direito às terras que tradicionalmente ocupam e que devem ser demarcadas e protegidas pelo poder público, de modo a assegurar a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (CF, Art. 231, § 2º).

A Constituição também reconhece que as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis e que os direitos dos povos indígenas sobre elas são imprescritíveis. Isso significa dizer que não tem validade jurídica qualquer tipo de ocupação ou domínio de terceiros sobre essas terras, e que é proibida a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

A educação indígena e a educação escolar indígena acontecem no espaço de vida de cada comunidade e se inscrevem sobre um território. O antropólogo Eduardo Viveiros de

Castro explica que existe uma experiência compartilhada dos indígenas sobre o território: “ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017).^[4]

E o antropólogo prossegue argumentando que as terras ocupadas por esses povos não são vistas como propriedade, porque, sob sua perspectiva, são eles que pertencem à terra, com a qual mantém uma relação social e cultural. Há, assim, uma relação crucial entre a pessoa e o lugar e não é “qualquer terra” que interessa aos indígenas, senão aquelas em que se estabelece o sentido de pertença e de complementaridade.

A Constituição Federal de 1988 assegura às comunidades indígenas o direito à uma educação escolar diferenciada e à utilização de suas línguas no âmbito das escolas, assim como de seus processos próprios de aprendizagem (CF, Art. 210, § 2º). Na mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu aos povos indígenas a oferta de educação escolar intercultural e bilíngue.

Conforme argumenta Gersem dos Santos Luciano (2006, p.156), “a grande importância inicial da proposta de educação escolar indígena diferenciada, com sua educação intercultural e educação bilíngue ou plurilíngue, foi ter trazido ideias e

^[2] Eliezer Martins Rodrigues. A CRIANÇA GUARANI NÁNDEVA NA TEKOHA PORTO LINDO/JAPORÁ-MS, Campo Grande, MS, UCDB, 2018.

^[3] MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. Caderno CEDES, Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000200002>

^[4] VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da Pátria. Elogio do subdesenvolvimento. Edições Chão da Feira Caderno de Leituras, n. 65, maio de 2017. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno65/>

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
 Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
 PIX: adm.porantim@cimi.org.br
 Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
 SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
 SKYPE: Adm Jornal Porantim
 www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 130
 Ass. dois anos: R\$ 190
 América Latina: US\$ 55
 Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

→ propostas concretas que alimentaram o ânimo, a motivação e a esperança dos professores e das lideranças indígenas.”^[5]

O Conselho Nacional de Educação desdobrou esse direito legal, por meio da Resolução CNE/CEB n.º 3, de 10 de novembro de 1999 e da Resolução CNE/CEB n.º 5, de 22 de junho de 2012, em que se definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Nesses documentos normativos, afirma-se que serão respeitadas as estruturas sociais, as práticas socioculturais e religiosas, as formas de produção de conhecimento, os processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem e, sobretudo, os projetos de futuro de cada comunidade indígena. Essas diretrizes são pautadas pelos princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, fundamentos da Educação Escolar Indígena.^[6]

A educação escolar indígena não pode retroceder, deve ser fortalecida!

A frase em destaque foi registrada pelos povos indígenas, no Estado do Paraná, em documento encaminhado à Secretaria de Estado da Educação e à toda a sociedade, em repúdio ao Edital 47/2020, que tratava sobre o processo de seleção de professores contratados - ou Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Em julho de 2020, o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) enviou uma nota de repúdio ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, contestando o Decreto de 9 de julho de 2020, que nomeou novos membros para o Conselho Nacional de Educação (CNE), excluindo o representante indígena na Câmara de Educação Básica, espaço ocupado por representantes indígenas há mais de 20 anos.

No estado de Mato Grosso, os povos indígenas demandaram à Defensoria Pública da União uma ação judicial contra o Edital PASS 010/2021 - GS/SEDUC/MT, que exigia, para a contratação de professores indígenas, docentes com ensino superior completo ou com magistério intercultural. No estado do Maranhão, em fevereiro de 2022, os povos indígenas de terras não demarcadas e os que ocupam espaço urbano, enviaram uma nota de repúdio ao governo estadual, por terem sido excluídos do Sistema Estadual de Proteção dos Povos Indígenas, previsto no Estatuto Estadual dos Povos Indígenas no Maranhão. Nos anos de 2019 e 2021, estudantes indígenas de graduação ocuparam a capital federal para cobrar o cumprimento do programa Bolsa Permanência para estudantes de graduação em Instituições Federais de Ensino.

Poderíamos agregar muitos outros exemplos de mobilizações e manifestações indígenas, em diferentes âmbitos, na defesa dos direitos garantidos em relação à Educação. De todo modo, esses exemplos revelam como o tema vem sendo tratado pelo Ministério da Educação, estados e municípios, no atendimento à educação escolar indígena.



Em marcha, estudantes indígenas pedem melhorias na área da Educação. Brasília, 2018

Desde 2016, os programas e iniciativas do Ministério da Educação não avançaram na garantia da aplicação do direito à educação específica e diferenciada. Com a eleição do atual presidente, houve a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) como órgão executor de diversos programas, como Territórios Étnico Educacionais, Saberes Indígenas na Escola e todas as demais iniciativas de efetivação de uma política comprometida com os direitos indígenas.

Extinguiram também a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, órgão colegiado e consultivo sobre o tema. Nesse período, foi realizada apenas a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, em março de 2018, porque ela já estava em processo. Porém, as suas deliberações não foram colocadas em prática.

Não são poucos os retrocessos na ação estatal em relação ao tema da educação. Instâncias e espaços de participação social, mesmo aqueles determinados pela legislação internacional, como a consulta prévia, foram descumpridos. A máxima do governo “nenhum centímetro a mais de terra demarcada” se efetivou também na educação escolar, com significativas restrições orçamentárias e investidas para tornar a escola, novamente, espaço de integração indígena a um modelo de sociedade e desenvolvimento individualista, concorrencial e predatório.

Os reflexos foram logo sentidos pelas comunidades. Estados e municípios, como numa onda avassaladora de desrespeito e imposição de normativas, se fizeram presentes, de modo semelhante ao que ocorria nas décadas de 1960 e 1970. Algumas

escolas indígenas vêm operando ao arripio da lei, impondo aos indígenas a obrigação de formação técnica para o mercado, abandonando a perspectiva da educação libertadora.

O ódio que o atual governo vocifera contra a ciência pode ser sentido nas escolas indígenas. É a nova onda de formar mão de obra para o mercado, nada de conhecimentos tradicionais nas escolas. Os resultados negativos se avolumam e podem ser sentidos em todos os níveis educacionais. No ensino superior, houve significativa diminuição de estudantes indígenas, de 57.706, em 2018, para 47.267, em 2020.

Apesar do cenário adverso, os povos indígenas estão reagindo, através de documentos e manifestos e, também, através do fortalecimento de espaços próprios, como o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI). O Fórum é uma atividade permanente e tem como objetivo participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação para os povos indígenas.

“O Fórum é um espaço autônomo de discussão muito importante, principalmente no contexto político que vivemos”, afirma Célia Xakriabá, professora ativista indígena do povo Xakriabá, em Minas Gerais, e doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “É uma luta intensa que também é pautada na questão territorial. Não dá para discutir educação escolar indígena sem discutir a sustentação, a base, que é o território”, explica Célia.

Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito

A educação escolar para os povos indígenas, aquela que ocorre a partir do contato com o mundo ocidental e que esses povos vêm modificando e transformando, aos poucos, em escola indígena, é diferente da educação indígena, ensinada e aprendida desde o surgimento dos povos. Uma não substitui ou elimina a outra, devem ser complementares.

As escolas indígenas devem ensinar a partir dos princípios da educação indígena e não dos conceitos do mundo ocidental, advindos de um mundo alheio às suas cosmovisões. Aqui entra uma chave importante, que é a interculturalidade, ou seja, o diálogo entre os saberes e conhecimentos indígenas com os saberes e conhecimentos da sociedade não indígena, sem hierarquia e imposição.

Dessa maneira, a escola não pode ser uma imposição ou condição para acesso a políticas públicas, mas, antes de tudo, uma escolha livre e soberana, como afirmaram os povos indígenas de Pernambuco, reunidos na Comissão de Professores/as Indígenas de Pernambuco (COPIPE). ♦



o: Tiago Miotto/Cim

^[5] BANIWA, Gerssem dos Santos Luciano. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: DF, 2006

^[6] Para saber mais, acesse <https://bit.ly/portal-mec>



ATL 2022: grande mobilização indígena do Brasil reforça a união, movimento e a luta dos povos originários

A 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) reuniu mais de 8 mil lideranças, de 200 povos indígenas, de todas as regiões do Brasil em Brasília de 4 a 14 de abril

Por Assessoria de Comunicação do Cimi e do ATL 2022

Mais de 8 mil lideranças de 200 povos indígenas, vindos de todas as regiões do país, destacaram a união, o movimento e a luta dos povos indígenas durante toda a 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), realizado de 4 a 14 de abril, com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”.

O ATL contou com dez dias de programação e mais de 40 atividades, quando os povos originários trouxeram suas tradições, cantos e palavras de ordem para denunciar a política anti-indígena do atual governo, que atenta, desde o começo do mandato – em 2019 –, contra as vidas e os territórios dos indígenas de todo o país.

O evento, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e de suas organizações regionais, ocorreu no mesmo período em que o Congresso Nacional e o governo federal pautavam a votação de projetos que violam os direitos dos povos originários, como o Projeto de Lei 191/2020, que abre as terras indígenas para a mineração.

O ATL 2022 esteve instalado no complexo da Fundação Nacional de Artes (Funarte), localizado no Eixo Monumental, em Brasília (DF). Após dois anos de pandemia da Covid-19, a mobilização ocupou a capital federal não só por causa da luta dos povos indígenas, mas por todo o povo brasileiro.

Temas como demarcação dos territórios tradicionais, projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, o Recurso Extraordinário com Repercussão Geral aos territórios indígenas, serão debatidos durante todo o Acampamento, além do debate “Aldear a Política: nós pelas que nos antecederam, nós por nós e nós pelas que virão”, que pretende fortalecer indígenas mulheres para as Eleições 2022. Os temas foram reafirmados durante a coletiva de imprensa, realizada no primeiro dia de evento.

Para o cacique Marcos Xukuru, da coordenação da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), “a principal pauta trazida ao ATL sempre foi a questão territorial, a demarcação dos territórios que vai muito além das questões físicas, pois entendemos que a terra, além de nossa mãe, é morada dos nossos ancestrais. Somos os grandes guardiões desses espaços que garantem nossa sobrevivência física e cultural”.

Para os povos, a luta vai além do território. É preciso ocupar todos os espaços de poder, esses espaços da política. “Entendemos que é o momento e a hora da grande luta acontecer. Ao encerrar essa jornada, nós seremos guardiões, guardiões lá nas aldeias, fazendo o movimento acontecer nos quatro cantos do país, e não vamos permitir esse retrocesso”, assegura o cacique Xukuru.



Foto: Marina Oliveira/Cimi



Foto: Hellen Loures/Cimi

Os povos se preparam para voltar em junho, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará o marco temporal. Esse julgamento irá definir o futuro das demarcações de terras indígenas no Brasil. Em 2019, o STF reconheceu a repercussão geral do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, caso que discute uma reintegração de posse movida contra o povo Xokleng, da Terra Indígena Ibirama La-Klãnõ, do estado de Santa Catarina. Isso significa que a decisão tomada neste julgamento terá consequências para todos os povos indígenas do Brasil.

O povo Xokleng presente no ATL, aproveitaram a vinda até a capital federal para cobrar, mais uma vez, celeridade aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no julga-



Foto: Giulianne Martins

mento do Recurso Extraordinário. As lideranças Xokleng protocolaram uma carta junto aos gabinetes dos ministros que solicita a conclusão do julgamento. Nela, as lideranças pedem à Corte que garanta o direito à terra e assegure os direitos previstos na Constituição Federal, julgando inconstitucional a tese do marco temporal e, no mesmo sentido, garantindo o direito de ocupação tradicional e originária, para que a tese do indigenato se faça efetiva, como quis o constituinte de 1988.

Brasílio Pripra, liderança do povo Xokleng, falou sobre a insegurança jurídica causada pela falta de demarcação, destacou que se o marco temporal for aprovado será o fim dos povos indígenas do Brasil e frisou ainda sobre a relação dos povos originários com a terra. “O marco temporal não traz benefícios nem para os povos indígenas do Brasil e nem para a sociedade brasileira. Sem o meio ambiente nós não podemos viver em lugar nenhum do mundo. O trabalho do povo originário é preservar o meio ambiente para que todos vivam bem nesse país. Nossa obrigação enquanto indígenas, defensores da natureza, é sempre estar à frente nessa luta, mesmo diante do medo que temos do não indígena, pelo motivo da terra: devastação das florestas, mineração desenfreada e contaminação das águas por mercúrio do garimpo”, frisou.

Gemerita Ya.Oi, vice cacica do povo Xokleng, falou sobre a luta pelo território e o histórico de medo sofrido por sua família há anos. “Queremos o que é nosso, o nosso território. Quantas vezes o meu avô, e todas as lideranças passadas, veio até Brasília para lutar pela demarcação e faleceu sem ver resultado. Não quero que meus netos sofram o que estou sofrendo e o que minha família passou. Queremos a demarcação! Nós temos medo das ameaças, dos que não gostam de indígenas, do racismo”, lembrou.

DOCUMENTO FINAL ATL 2022

Pontos para uma plataforma indígena de reconstrução do Brasil

Como parte das elaborações e reivindicações do movimento indígena brasileiro, já apresentadas em diversas ocasiões, aglutinamos a seguir algumas propostas que entendemos ser ponto de partida para a reconstrução do Brasil. Estas propostas foram apresentadas à plenária final do décimo oitavo ATL.

EIXO 1 Direitos Territoriais Indígenas

Demarcação e proteção aos territórios indígenas já!

1 – Garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas – Elaboração de Plano factível para imediata desintrusão de todas as terras indígenas, invadidas por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores;

2 – Constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.

3 – Fortalecimento da política especial de proteção e de não contato aos povos indígenas isolados e de recente contato;

EIXO 2 Retomada dos espaços de participação e controle social indígenas

1 – Assegurar o exercício do direito de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); quando medidas administrativas e legislativas impactem seus territórios e direitos, respeitando os protocolos autônomos de consulta e consentimento elaborado pelos povos e comunidades

2 – Reativação de todos os dispositivos de participação e social, em que os nossos povos tinham representação: Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI); Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)

3 – Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde Indígena (SESAI/SUS), bem como implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGTI).

EIXO 3 Reconstrução de políticas e instituições indigenistas

1 – Reestruturação das instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESA, garantindo autonomia, rigor técnico, servidores públicos e dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, com respeito à diversidade de povos, gêneros e gerações;

2 – Criação de mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente

3 – Garantir a assistência integral à saúde indígena e à educação escolar intercultural e bilingue respeitando as especificidades culturais e sociais de cada povo indígena

EIXO 4 Interrupção da agenda anti-indígena no congresso federal

1 – Impedir o avanço de medidas legislativas que atentam contra os direitos territoriais indígenas, e com urgência, os PL 490/2007, do Marco Temporal e o PL 191/2020 da Mineração em Terras

EIXO 5 Agenda Ambiental

1 – Propor medidas legislativas e administrativas que estabeleçam mecanismos de rastreabilidade de produtos, em respeito à devida diligência, para garantir que não sejam resultantes de conflitos territoriais, explorações ilegais de Tis, e áreas ilegalmente degradadas;

2- Retomar os compromissos e ambições ambientais assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e em outros acordos internacionais do clima e meio ambiente;

3 – Reestruturar o ICMBio e o IBAMA, garantindo autonomia funcional, rigor técnico, servidores públicos e orçamento adequado para que cumpram suas missões institucionais de defesa dos biomas brasileiros;

4 – Reconhecer a contribuição dos Povos Indígena, Quilombolas e Comunidades Tradicionais na preservação da biodiversidade brasileira, criando mecanismos de reconhecimento pelo serviço ambiental prestado e incentivando iniciativas indígenas, como as brigadas indígenas anti-incêndio;

5 – Retomar as políticas de preservação de nossas fontes de água doce, reconhecendo o papel dos Povos Indígenas na gestão de grande parte de nossos recursos hídricos.



Foto: Matheus Alves

Indígenas de todo o país marcham em defesa da demarcação dos territórios, em Brasília

A Marcha 'Demarcação Já' fez parte da programação do Acampamento Terra Livre 2022 que marcou presença no Congresso Nacional e Ministério da Justiça

Por Assessoria de Comunicação ATL 2022

A força dos povos indígenas tomou conta das ruas da capital federal no dia 6 de abril: com faixas e cantos, indígenas de todas as regiões do país marcharam em defesa da demarcação dos territórios e contra a agenda anti-indígena do governo brasileiro. Ato fez parte da programação do 18º Acampamento Terra Livre (ATL) 2022.

O destino final da marcha foi o Congresso Nacional, onde tramitam projetos que violam os direitos dos povos originários, como o Projeto de Lei 191/2020, que dá abertura para a exploração das terras desses povos, e o PL 490/2007, que inviabiliza, na prática, a demarcação de terras indígenas.

Durante a mobilização, lideranças se pronunciaram em cima de um carro de som e reforçaram a importância de desembarcar em Brasília, nesta semana, para lutar pela causa indígena.

O jovem Samuel Gavião falou sobre sua luta, como estudante, para conquistar os direitos resguardados pela Constituição Federal de 1988. “Estamos estudando para

buscar nosso direito, o que é nosso. Temos que lutar. Os nossos parentes confiam e colocam a gente na frente para lutarmos ao lado deles, para voltarmos para as nossas terras. Não vamos desistir. Vamos lutar com força, não somos minoria, somos muitos. Vamos lutar até o fim, enquanto estivermos vivos”, afirmou.

Presente também na marcha, Agnaldo Francisco, liderança Pataxó Hã-Hã-Hãe e coordenador geral do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), comentou sobre o primeiro ato do ATL 2022, nomeado como “Demarcação Já”.

“Esse ato de hoje é muito importante para mostrar à sociedade brasileira que as pessoas não conseguirão viver sem a demarcação dos nossos territórios, porque, se o território não for demarcado, um projeto de morte será implementado. Morte não só para nós [povos indígenas], mas para todos os brasileiros, para todo o planeta. A demarcação do nosso território significa a preservação do meio ambiente, significa preservar e diminuir o desgaste da camada de ozônio”, explicou o coordenador do Mupoiba.

ATL 2022 lança carta aberta contra o PL 191

Indígenas de todas as regiões do país, reunidos na 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), realizaram o lançamento da Carta Aberta contra o Projeto de Lei (PL) 191/2020 com a participação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

O projeto, que está em trâmite no Congresso Nacional, pretende abrir as terras indígenas para a exploração da mineração, hidrelétricas e grandes projetos de infraestrutura. A mobilização alerta que esse projeto de lei se trata de “abrir a porteira para a boiada passar”. O governo atual quer promover a especulação imobiliária sobre os territórios indígenas, incentivar a invasão do agronegócio com seus agrotóxicos e transgênicos e a derrubada das matas para criação de gado.

Sob a falsa justificativa de extrair potássio para a fabricação de fertilizantes químicos e usando a guerra na Ucrânia como desculpa, o governo Bolsonaro e sua base governista tentam aprovar o PL 191 em regime de

urgência. “Mais uma mentira do genocida. Estamos aqui para resistir, nós não estamos a sós. Além da encantaria, dos nossos ancestrais, nós temos guerreiras e guerreiros no Congresso para combater esse pacote de destruição”, afirmou Weiber Tapeba.

Estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) já mostrou que apenas 11% das jazidas de potássio situadas na Amazônia brasileira se sobrepõem a terras indígenas. Além disso, segundo o mesmo estudo, dois terços das reservas de minério no Brasil se encontram nos estados de Sergipe, São Paulo e Minas Gerais; e as reservas existentes hoje são capazes de abastecer o nosso País até 2100. Esses dados derrubam o argumento mentiroso, disseminado pelo governo federal, de que é preciso “abrir” os territórios indígenas para a exploração.

A carta também denuncia a tentativa de flexibilizar a lei ambiental e premiar grileiros com a regularização das terras invadidas por eles. São inúmeros projetos de lei e decretos que, juntos, formam o pacote da destruição. Por isso, a luta dos povos originários é na rua e também dentro do Congresso Nacional.

“O povo brasileiro tem o dever de conhecer os graves impactos econômicos, sociais e ambientais que poderão decorrer da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 191/2020, não somente para os povos indígenas, mas para todos nós”, lista o documento, que segue aberto à adesão.

A Carta Aberta contra o PL 191/2020 busca mobilizar assinaturas de parlamentares, personalidades, instituições, organizações e movimentos sociais do Brasil e do exterior. O documento também está aberto para receber assinaturas de pessoas físicas.



Foto: Hellen Laures/Cimi

Com corpos cobertos de lama, indígenas denunciam atividades de garimpo ilegal em seus territórios

O ato “Ouro de sangue: marcha contra o garimpo que mata e desmata” foi realizado no dia 11 de abril em frente ao Ministério de Minas e Energia, em Brasília

Por Assessoria de Comunicação ATL 2022

Com os corpos cobertos de lama e sangue cinematográfico, carregando peças que representavam barras de ouro, sete mil indígenas que estão acampados em Brasília marcharam até o Ministério de Minas e Energia na tarde do dia 11 de abril. O ato “Ouro de sangue: marcha contra o garimpo que mata e desmata” chamou a atenção para o aumento de atividades de garimpo ilegal em territórios indígenas.

Uma das principais lutas pautadas pelos indígenas nesta edição do ATL é o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que libera a mineração, instalação de hidrelétricas, exploração de petróleo e gás e a agricultura em larga escala dentro das terras dos povos originários.

Em frente ao ministério, coberta de lama e segurando uma placa escrita “Blackrock, which side are you on? [Blackrock, de que lado você está?], Alessandra Munduruku, liderança do Médio Tapajós/PA, protestou: “Blackrock financia a nossa morte!”. A Blackrock é uma empresa estadunidense de investimentos global e foi, recentemente, denunciada por financiar atividades de garimpo em territórios indígenas.

Presente também no ato, Kretã Kaingang, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) – Sul, reforçou a importância de lutar pelas futuras gerações.

“Precisamos lembrar que o garimpo não é só ouro, não é só prata. O garimpo é também o gás, o petróleo e a mineração. E o incentivo dessas produções [de petróleo, gás e minério] dificulta ainda mais a demarcação de nossas terras, além de contaminar rios e aquíferos. Nós sofremos muito, as gerações futuras sofrem também. Por isso, é muito importante lutarmos hoje para garantir o futuro das gerações que virão depois de nós”, afirmou Kretã.

Denúncia: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami

As organizações Hutukara Associação Yanomami (HAY) e a Associação Wanasseduume Ye'kwana lançaram no dia 11 de abril, o relatório “Yanomami Sob Ataque: Garimpo Ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”. No documento, as associações apresentaram as consequências do avanço das atividades garimpeiras na maior terra indígena do país.

Segundo o relatório, o número de comunidades afetadas diretamente pelo garimpo ilegal soma 273, abrangendo mais de 16 mil pessoas, ou seja, 56% da população total. O documento apresenta ainda denúncias de inúmeros ataques de criminosos contra comunidades indígenas e uma cronologia do assédio ao Palimiu em 2021 – região onde há a forte presença do grupo Primeiro Comando da Capital (PCC).

Em 2021, o garimpo ilegal avançou 46% em comparação com 2020, segundo o relatório. No ano passado, já havia sido registrado um aumento de 30% em relação ao período anterior. O estudo feito pela Hutukara e Wanasseduume denuncia também que, de 2016 a 2020, o garimpo na Terra Indígena (TI) Yanomami cresceu 3.350%.

Registros aéreos captados em janeiro de 2022 pela própria Hutukara e Wanasseduume mostram que o garimpo está cada vez mais perto das comunidades indígenas, além dos rastros de destruição deixados nas florestas e rios. Por meio das imagens, as associações flagraram também aeronaves, helicópteros e equipamentos utilizados nas atividades ilegais de garimpo.

O texto do documento faz uma série de recomendações ao Poder Público e frisa que o garimpo “não é um problema sem solução”. Mas lembra que é preciso vontade política para garantir uma atuação eficiente e coordenada do Estado brasileiro e seus órgãos e agentes responsáveis.

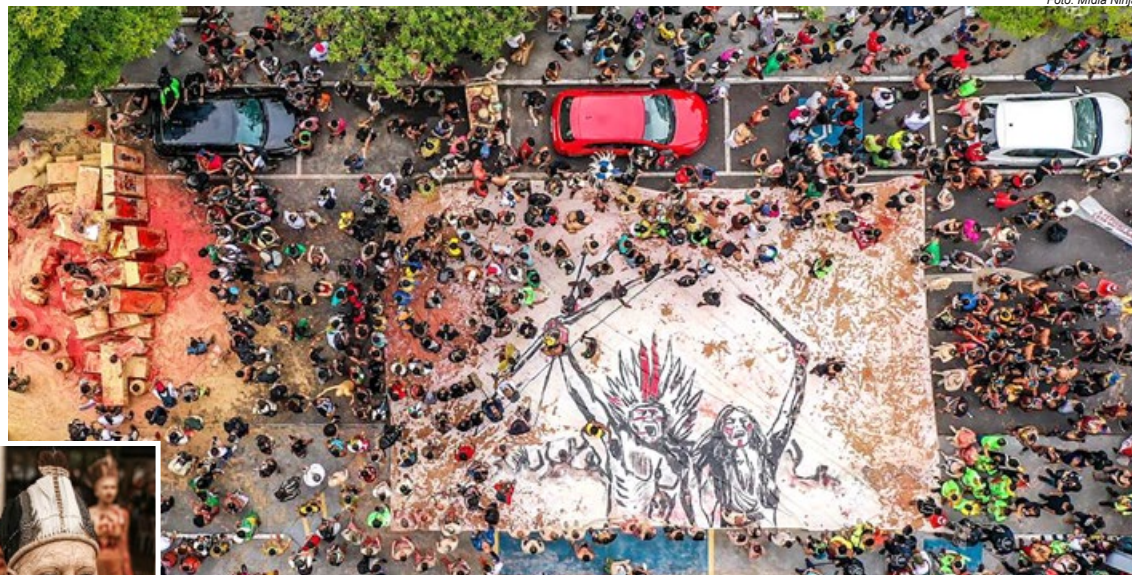


Foto: Midia Ninja



Foto: Giuliana Merias



Foto: Midia Ninja



Foto: Marina Oliveira/Cimi

Emoção e força: mulheres indígenas compartilham suas vivências e projetam aldear a política

A força das mulheres originárias marcou o quinto dia do Acampamento Terra Livre 2022 (ATL), fazendo quem estava por perto dançar, cantar e se emocionar. Com o tema “Nossas Vozes Ancestrais Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, mulheres de todas as regiões do país compartilharam, no palco principal do acampamento, suas vivências, conhecimentos e a ambição de alcançar espaços na política institucional.

Abriundo a plenária “Retomando o Brasil: Vozes Diversas das primeiras Brasileiras”, Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), disse que “já passou do tempo de as mulheres indígenas ainda estarem em papéis secundários”.

“Hoje, nós mulheres, estamos presentes em muitos espaços, de participação, de controle social, nas universidades, mulheres profissionais, mulheres cacicas e mulheres parlamentares. Hoje podemos sim participar e construir um Brasil que caibam todas nós. Somos muitas e diversas. Estamos aqui em nome das que nos antecederam e daquelas que ainda virão”, afirmou a coordenadora.

Sônia reforçou, ainda, a importância de as mulheres

indígenas ocuparem espaços políticos, como cargos no Congresso Nacional. “Não podemos seguir sendo violentadas e assassinadas. Queremos fortalecer essa luta para além do chão da aldeia, para também construirmos políticas específicas, adequadas às nossas realidades. Lutar por direito não é pedir favor, porque direito não se agradece, direito se implementa”.

Em seguida, mulheres de todo o país tiveram a oportunidade de representar seus povos e compartilhar os principais obstáculos enfrentados: o machismo e a agenda anti-indígena do Congresso Nacional e do governo brasileiro. Em seus discursos, elas clamaram palavras de força, incentivando as mulheres presentes no Acampamento – entre elas, crianças, jovens e anciãs.

Da aldeia Teles Pires, divisa entre Mato Grosso e Pará, Ediene Munduruku trouxe para Brasília a sua resistência e prometeu continuar lutando contra os “projetos da morte” da base governista.

“Repudiamos o governo Bolsonaro genocida. O povo Munduruku diz ‘não’ ao PL 191 e ‘não’ ao marco temporal. Resistimos com toda a força de poder de nossas ancestralidades. Estamos aqui para defender os nossos costumes e direitos. Queremos os nossos territórios, vidas e futuro livres. Não aceitamos devastação, destruição e não aceitamos mais ameaças contra as mulheres indígenas. Não irão matar as nossas vozes, porque somos a resistência de nossos territórios”, afirmou Ediene.

Lúisa Canuto, do povo Tabajara, do Ceará, lembrou que, dentro do “pacote de destruição” tem um “item mais cruel”: o machismo. “Com esse pacote de destruição, estamos esquecendo que tem um item mais cruel, que mata mais do que o câncer, mais do que a guerra entre Rússia e Ucrânia. É o machismo. Esse é o pior item e temos que tirá-lo de nossos territórios. Fora machismo! Queremos nossa liberdade. Amém!”, clamou.



Foto: Matheus Alves

Foto: Tukuma Pataxo



Foto: Giulianne Martins



Foto: Laryssa Machado



Mulheres indígenas de todo o país foram protagonistas da programação do dia 8 de abril no Acampamento Terra Livre 2022 (ATL). Juntas, compartilharam conhecimentos, lutas enfrentadas no dia a dia e o compromisso de entrar na política institucional

Foto: Alass Deriva



➔ Durante a plenária, outras mulheres também denunciaram casos de machismo que ocorrem dentro dos territórios. Entre elas, Txuluñ Xokleng. “Venho denunciar as perseguições que as mulheres sofrem dentro dos territórios indígenas. Os homens não aceitam que a gente alcance outros espaços. Por isso, vamos juntas, somar forças e ecoar o nosso grito”, afirmou Txuluñ.

Do povo Guarani, Jane Guarani disse que a Lei da Maria da Penha “foi criada moldada para atender mulheres brancas” e que, como “futura advogada”, irá lutar por todas as mulheres indígenas.

“Eu sou do povo Guarani, mas sinto a dor das Kaingang, das Xokleng, de qualquer mulher indígena. Eu, como futura advogada, quero estar lutando por vocês. Nós, mulheres indígenas, não somos contempladas pela Lei Maria da Penha, porque ela foi criada no molde da mulher branca. E aproveito para falar: ‘fora, Bolsonaro!’ e fora todas as lideranças que querem reprimir as mulheres indígenas”, finalizou, emocionada.

Parenta vota em parenta

“Nós pelas que nos antecederam, nós por nós e nós pelas que virão” foi o tema que guiou os debates da tarde do dia 8, no 18º Acampamento Terra Livre. Na mesa, foram anunciadas as pré-candidaturas para deputadas federais de Sônia Guajajara, Célia Xacriabá, Juliana Jenipapo Kanindé, Eunice Kerexu, Vanda Ortega, do povo Witoto do Amazonas, Telma Taurepang e Larissa Pankararu. E as pré-candidaturas a deputadas estaduais de Chirley Pankará, co-deputada pela Mandata Ativista, do PSOL em São Paulo; Eliane Xunakalo; Simone Karipuna; Comadre Guerreira Potiguara, da Paraíba; Airy Gavião, do povo Gavião e do povo Tukano, do mandato coletivo indígena do Distrito Federal; Val Eloy, do povo Terena do Mato Grosso do Sul; Geni Guarani e Tereza Arapium, cacica da aldeia Andirá do baixo Tapajós. Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena a exercer o cargo de deputada federal no Brasil, também tentará a reeleição esse ano.

O anúncio das candidatas foi precedido pela bênção do povo Guarani, que se reuniu em canto e reza em torno das mulheres. Em seguida, Sônia Guajajara abriu as falas destacando que a inserção na política institucional não é uma escolha, mas um desafio que a história impôs a elas, porque é preciso participar das decisões deste país.

“Não vamos enfrentar porque a gente quer, porque a gente está atrás de cargos ou de regalias. Não. É porque nos cansamos de ver nossas crianças sendo sugadas pelas

dragas do garimpo ilegal, crianças sendo contaminadas pela lama. A lama que não vale a vida de ninguém. Não queremos mais ver nossas florestas sangrar, os animais serem queimados, o agronegócio adentrar nos nossos territórios, matando com veneno as crianças que ainda estão no útero da sua mãe, crianças sendo degoladas. Não queremos mais ver nossas mulheres sendo violentadas, assassinadas e o estado não tomar nenhuma providência”, alertou a liderança.

Sônia apontou a intenção de substituir as bancadas ruralista, da bala e da bíblia por uma bancada indígena, a “Bancada do Cocar”. “Queremos que o Congresso Nacional tenha a cara do Brasil e, para ter a cara do Brasil, tem que ter mais mulheres indígenas”.

Célia Xacriabá, pré-candidata ao Congresso Nacional, por Minas Gerais, contou que a pergunta mais repetida para ela é: “mas vocês estão preparadas? Como se prepararam?”. E respondeu: “nós nos preparamos na luta, eu me preparei com meu povo Xacriabá, no chão do meu território. Nós somos mais preparadas, porque somos nós que não temos a mão suja de sangue nem de lama da mineração. Porque a primeira pessoa que o governo Bolsonaro atacou foi uma mulher e essa mulher é a terra. E quando atacam a terra, atacam a todas nós”.

A pré-candidata Xacriabá analisou que os povos indígenas, mesmo sendo apenas 5% da população, cuidam de 83% da biodiversidade do mundo. Para ela, esta representação também é dos mais de 4 milhões de indígenas que foram tomados nesse Brasil e se trata de combater o racismo e o machismo institucional e retomar a democracia.

“Não é pelo poder, mas para poder fazer. Não é para corromper, mas é para romper amarras. Falamos tanto de pátria, mas não existe amor à pátria sem respeitar as mulheres mães. Acreditamos que é possível legislar não só com a caneta, mas levar a força do jenipapo e do urucum. Não podemos retomar a democracia neste ano da eleição de 2022 se não existir a presença de mulheres indígenas no Congresso Nacional”. Célia também pretende fazer uma unificação da bancada do “Turbante de Cocar”.

Vanda Ortega, do povo Witoto do Amazonas, criticou alguns partidos que criam candidaturas para atender cotas, mas não criam condições reais para as candidaturas. “Os partidos querem somente a nossa causa, mas não querem mulheres indígenas no poder. Não há uma construção dentro dos partidos para que essas mulheres sejam eleitas. Estou aqui, porque não podemos mais aceitar os homens brancos que não sentem nossas dores, que não sentem o que passamos nos nossos territórios, que não defendem nossos territórios”.

Movimento Indígena de Roraima se une aos parentes mobilizados em Brasília

O 3º ATL de Roraima recebe em Boa Vista mais de mil lideranças de todos os povos indígenas do estado, que se posicionam contra as políticas dos governos Federal e Estadual

Por **Lígia Kloster**, do Cimi Regional Norte I

Foi com essa compreensão e esperança que o tuxaua Cesar Wapichana, da região Serra da Lua, da Terra Indígena Tabalascada, em Roraima, descreveu o Acampamento Terra Livre (ATL) que aconteceu em Roraima, do dia 5 até 14 de abril, em sintonia com o ATL em Brasília, com o tema “Retomar o Brasil, Demarcar Território e Aldear a Política”.

“Nós, lideranças da Serra da Lua, queremos dizer que esse acampamento tem o objetivo muito grande para nós, o objetivo de transformar essa situação que os povos indígenas estão passando. A gente luta pela defesa dos territórios e a gente busca sempre a melhoria no atendimento das políticas públicas para as comunidades. Estamos aqui não é por acaso, não é porque queremos. Buscamos melhorias para a nossa população, do atendimento na educação, saúde, na proteção dos nossos territórios e das nossas vidas”, descreveu o tuxaua Cesar Wapichana.

Mais de mil lideranças, dos povos Wapichana, Macuxi, Yanomami, Xirixana, Taurepang, Sapara, Ye’kuana, Wai Wai e Ingaricó das regiões Raposa, Serras, Baixo Cottingo, Murupú, Tabaió, Amajari, Surumú, Serra da Lua, São Marcos, Yanomami e Wai Wai, e ainda os Warao migrantes da Venezuela, acamparam em Boa Vista.

Com uma intensa programação, os indígenas se concentraram na praça do Centro Cívico para celebrar, animar, dançar, cantar, falar, respirar e dar o sopro da vida e da alma, como dizem os Wapichana, para transformar a realidade de ataques e violências que passam os povos indígenas para uma realidade de respeito, direitos, existência e vida digna.

Somando sua voz às vozes das lideranças presentes no ATL 2022, em Brasília e em Roraima, o Cacique Daniel Alves Wapichana, da região Surumú, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, explica que “o ATL acontece para que os povos indígenas tragam sua insatisfação com o governo brasileiro, tanto a nível local, quanto a nível nacional. É referente a cobranças da educação, da saúde, de estruturas físicas e de estruturas de pessoas humanas”, afirmou.

“O Estado brasileiro abandonou os povos indígenas, a saúde indígena, não temos transporte, não temos combustíveis, não temos agora voo para atender nosso povo na base. E além do território que é o principal para nós povos indígenas, o governo vem tirando todos os direitos que foram garantidos em 1988, contradizendo a Constituição Federal, apresentando PLs, PECs, PDLs, contra os indígenas de todo o Brasil”. ♦

Fotos: Caique Souza, comunicador indígena do CIR



Mobilização de povos indígenas em frente à Assembleia Legislativa do estado de Roraima durante o ATL-RR 2022

50 anos a serviço da vida, da diversidade e da esperança

O Cimi testemunhou o nascimento da esperança do ventre estéril da pátria que desprezava seus povos indígenas. Permanecemos na nossa missão e serviço, conclamando a sociedade a rever sua história

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) completou 50 anos de sua fundação no dia 23 de abril de 2022. Fundado a partir de um processo de diálogo de bispos e padres dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Cimi foi recepcionado como organismo anexo e depois vinculado para a ação pastoral da Igreja Católica junto aos povos indígenas.

Esta decisão articulada de um grupo de missionários, na perspectiva de se aproximar da sociedade brasileira e das igrejas locais, foi fundamental para levar a esperança do trabalho pastoral junto aos povos indígenas.

Na década desenvolvimentista dos anos 1970, seguida de década dos anos 1980, houve muitas dúvidas e descrédito por parte da sociedade e das igrejas locais acerca dessa possibilidade de que os povos indígenas pudessem ter um futuro próprio, como povos que são.

Palavras como “civilização”, “progresso” e “desenvolvimento”, que exerciam um fascínio sobre a sociedade, foram confrontadas pela “opção pelos povos indígenas”, propondo uma ruptura com o modelo desenvolvimentista e seu projeto de integração aos padrões culturais e jurídicos da sociedade nacional.

Nesta sociedade classista, a opção pelos povos indígenas, expressa na missão do Cimi, trouxe a perspectiva da demarcação das terras e da proteção específica aos territórios e aos povos originários, além de novas formas de diálogo fundamentadas no respeito e reconhecimento da diversidade. Essa missão do Cimi, enquanto uma pastoral específica, integral e amplamente articulada, também se coloca no apoio à continuidade dos projetos de vida dos povos indígenas, que exige mudanças profundas no modelo econômico e sócio-político vigente.

Esses cinquenta anos de apoio à luta dos povos indígenas na missão do Cimi foram marcados por um crescente processo de conscientização da sociedade nacional e internacional da existência, resistência e dos direitos destes povos.

Nesse processo de luta deram-se as organizações e mobilizações dos povos indígenas e seus aliados na conquista de direitos fundamentais, com o conseqüente aspecto positivo da autonomia e do protagonismo. O aumento populacional, os direitos constitucionais – em especial a regularização dos territórios e as políticas públicas diferenciadas –, o respeito e participação são sinais importantes para a construção da cidadania para todo o povo brasileiro.

Na nossa dimensão de atuação, o Cimi tem caminhado junto aos povos indígenas no processo de diálogo, no qual nos orientamos pelos seguintes princípios: Terra Indígena como um lugar sagrado para os povos, o seu chão cultural, habitado por suas tradições, campo de sua história e existência. Diálogo intercultural e interreligioso, como orientação da nossa ação missionária, no respeito às diversas concepções do sagrado, da origem e do sentido da vida humana, das diversas formas dos povos indígenas, vivenciar e celebrar a fé.

O movimento indígena enquanto espaço de construção de propostas e consolidação das alianças dos povos indígenas na luta pela defesa dos direitos. As alianças, a



somatória de forças com a sociedade civil organizada, as pastorais, organizações internacionais, na construção de uma nova ordem e na efetivação da autonomia dos povos indígenas. Quanto à formação, compreendemos ser um processo integral, construído coletivamente, fundamentado na prática social. Buscamos contribuir, ainda, com a valorização e efetivação das políticas públicas de saúde, educação, sustentabilidade e outras, de forma diferenciada, observando a organização e cosmovisão de cada povo.

O Cimi, nesses 50 anos de existência, através da sua mística missionária militante, tem a satisfação de testemunhar que assistiu ao nascimento da esperança do ventre estéril da pátria que desprezava seus povos indígenas. Mas também denunciar que persistem os projetos de violência e morte contra os povos indígenas, na perspectiva da integração desenvolvimentista, na falta de proteção e invasão dos territórios que, enquanto política de governo, têm colocado em risco constante a integridade dos indígenas.

Permanecemos na nossa missão e serviço, na opção pela defesa dos direitos dos povos indígenas, conclamando a sociedade a rever o sentido de sua história e a repensar as orientações político-econômicas praticadas até hoje.

Pós-colonial e pós-conciliar: 50 anos do Cimi em defesa dos povos indígenas

Em vez de assumir a moratória proposta pelos antropólogos em Barbados, o Cimi mostrou que presença missionária e defesa dos povos indígenas são compatíveis

Por Paulo Suess^[1] e José Agnaldo Gomes^{[2]*}

O prefixo “pós”, neste texto, tem dois significados distintos. Um aponta para a superação ou ruptura de práticas missionárias pertencentes a uma época histórica anterior, as quais confundiram missão com colonização. Para superá-las, portanto, propõe-se a prática pós-colonial. O outro significado inerente ao prefixo “pós” pode assumir uma perspectiva de continuidade temporal e ideológica. A pastoral pós-conciliar, por exemplo, seguiu as inspirações e decisões do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, →



Use seu celular para escanear o QR CODE ao lado e acessar a página especial dos 50 anos do Cimi





Foto: arquivo do Cimi

Missionários na II Assembleia de Chefes Indígenas, no rio Cururu (PA), em 1975



Foto: Antônio Carlos Moura/Cimi

Missionários e indígenas a caminho da X Assembleia de Chefes Indígenas, na aldeia do povo Tapirapé (MT). Do Cimi, Dom Pedro Casaldáliga e Marlene Castro Ossami de Moura

→ e os coloca em um campo específico de evolução histórica.

Sendo assim, a pastoral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), desde seu início, no ano de 1972, foi marcada por rupturas coloniais e continuidade conciliar. Necessitava-se um bom tempo para respaldar no interior das múltiplas pastorais da própria Igreja católica a pastoral do Cimi, com seu núcleo central de defesa da vida dos seus interlocutores, como uma pastoral específica, ecumênica, sem proselitismo, e inter-religiosa, sem exclusivismo salvífico.

Em torno de cinco eixos – “contextos”, “discernimentos”, “propostas”, “alianças”, “martírios”, procuro lembrar essa proeza pastoral cinquentenária, da qual participei com muitos companheiros e companheiras, tendo alguns entre eles recebido a graça de dar sua vida como mártires.

Contexto

O Cimi nasceu como organismo anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1972, no oitavo ano da ditadura militar, quando o general Emílio Garrastazu Médici era presidente do Brasil. A ideologia desenvolvimentista e autoritária daquela época não era favorável a uma pastoral em defesa dos povos indígenas.

Foi o secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, que convocou um pequeno grupo de 25 missionárias e missionários para discutir o Projeto de Lei nº 2328, que tramitava na Câmara e dispunha sobre o Estatuto do Índio. No grupo convocado, o qual se constituiria no primeiro núcleo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), encontravam-se, segundo sua primeira ata de 23 de abril de 1972, os bispos Ivo Lorscheiter, Eurico Kräutler (Altamira, PA; tio de D. Erwin Kräutler), Pedro Casaldáliga (São Félix, MT), Tomás Balduino (Goiás, GO) e os missionários Tomás de Aquino e Sílvia Wewering.

Assim se deu o nascimento do Cimi, sete anos depois do final do Concílio Vaticano II (1965), quatro anos depois da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, em Medellín (1968). Medellín traduziu o sonho do aggiornamento de João XXIII, que movimentou o Vaticano II, em bandeira de descolonização teológico-ecclesial e amplificou as vozes de milhões de pessoas dispostas a lutar por sua libertação da escravidão de pobreza e miséria. Quatro anos mais tarde, realizou-se em Santarém o IV Encontro Pastoral da Amazônia (24-30.05.1972), com suas Linhas Prioritárias de “encarnação na realidade” e “evangelização libertadora”, que hoje consideramos o “Medellín da Amazônia”.

No mesmo ano, em 25 de setembro de 1972, foram inaugurados os primeiros 1.254 km da rodovia Transamazônica (BR-230), cujo traçado atingiu mortalmente 29 territórios indígenas. Pela TV brasileira, o evento da Transamazônica passa a ser transmitido pela primeira vez em cores, por imagens sinistras, censuradas, e festejado como um dos esteios do “milagre brasileiro”. Na mesma época, a denúncia de uma “Biafra brasileira” no Vale do Guaporé percorreu a imprensa internacional. O traçado da BR-364, de Cuiabá para Porto Velho, que cortou o território Nambikwara no meio, causou a morte de toda a população Nambikwara menor de 15 anos pela transmissão de sarampo.

O Cimi é filho do Concílio Vaticano II e de Medellín, que não tematizaram propriamente a questão indígena, mas que abriram caminhos para tratá-la adequadamente. Nesse contexto histórico de descolonização, diálogo e libertação, surgiu

uma série de questionamentos em torno da prática missionária direcionada aos povos indígenas. Não seriam também os povos autóctones deste continente parceiros privilegiados de um diálogo interreligioso? Não interessam também a eles a liberdade religiosa, a libertação de todas as formas de colonialismo, o respeito à sua cultura e, afinal, a sua autodeterminação no campo sociopolítico, cultural e religioso?

“Nesse contexto, falar dos povos indígenas não significa falar de casos isolados do passado, mas de uma causa étnico-racial da alteridade e biodiversidade que até hoje é marcado por sofrimento e violência, representa uma crítica da razão colonial, a busca da descolonialidade sociocultural e econômica, e um projeto de vida com horizontes de esperança” (SUESS; GOMES, 2019).

Questões como a “promoção da cultura” (Gaudium et spes, 53-59), a “liberdade religiosa” (Dignitatis humanae), o “valor salvífico das religiões não-cristãs” (cf. Lumen gentium, 16) e o “diálogo” com os seguidores de outras religiões (Nostra aetate, 2) e o mundo moderno, que através de Medellín foram colocadas no contexto latino-americano, incentivaram a prática pastoral pós-colonial do Cimi. Logo no início do Concílio, o papa João XXIII, em sua Carta Encíclica sobre a Paz na Terra (PT), de 1963, qualificou a descolonização dos povos como um “sinal do tempo”, que deve marcar uma nova época:

Acontecerá dentro em breve que já não existirão povos dominadores e povos dominados. [...] Hoje comunidade nenhuma de nenhuma raça quer estar sujeita ao domínio de outrem. Porquanto, em nosso tempo, estão superadas seculares opiniões que admitiam classes inferiores de homens e classes superiores, derivadas de situação econômico-social, sexo ou posição política (PT 42s).

Discernimentos

Perguntado sobre o significado do Concílio, João XXIII abriu, em um gesto simbólico, as janelas do seu quarto. Quando o Cimi abriu as janelas e as portas de uma pastoral missionária amarrada ao seu passado colonial, nem todos os setores eclesiais ficaram satisfeitos. Como trabalhar e comunicar-se com o culturalmente diferente e o geograficamente distante? Precisavam-se clarear algumas questões de fundo:

A pastoral indigenista deve preparar os povos indígenas para sua integração na civilização ocidental e na sociedade nacional? Isso significaria orientar todas as suas atividades para o mercado e o lucro: suas terras e seus saberes, a sua educação,

as suas atividades econômicas e políticas. Nessa perspectiva, a missão negaria a autodeterminação e continuaria suas práticas coloniais de destruição cultural e dominação política.

A alternativa seria transformar o estilo de vida da sociedade nacional com sua “alegre irresponsabilidade” (LS 59) face ao planeta terra, ou ao menos, abrir o horizonte de um caminho específico no interior dessa sociedade, com formas de vida próprias, pós-coloniais e pós-capitalistas. A sociedade alternativa é um sonho ou um pesadelo?

Configuraram-se duas tarefas para o Cimi atuar em um contexto mais amplo: fortalecer a defesa da vida dos povos indígenas e converter a própria Igreja e a sociedade civil para aceitar que o “futuro específico” dos povos indígenas poderá um dia ser relevante e salvífico para a própria Igreja e a nação. O sonho de uma sociedade alternativa é o sonho de um horizonte antissistêmico e de um outro mundo possível, o sonho do rompimento com os paradigmas hegemônicos do crescimento e da aceleração.

A dinâmica do crescimento acompanha a dinâmica da expansão e da aceleração. O crescimento é um negócio rentável que ameaça a natureza, as gerações futuras, os povos indígenas, a saúde dos consumidores e as condições de trabalho dos assalariados. Em contrapartida, o decrescimento organizado é um projeto político sem alternativa e sem partido. Defender a vida, a Terra, a cultura e a autodeterminação fora desse projeto político de decrescimento e desaceleração, marcados por uma “sobriedade feliz” (LS 224s), significa construir uma casa sobre a areia. O “bem viver” social e ambiental exige a ruptura do paradigma hegemônico com sua meta de ampliar os lucros através de um crescimento acelerado.

Desfazer-se de práticas coloniais na ação missionária que se tornaram práticas culturais não é fácil. O que, para um setor eclesial, pareceu pacífico, para o outro, ainda continua uma questão disputada. Como interpretar o Vaticano II? Através de uma hermenêutica de continuidade ou de ruptura? Pelo seu discurso à Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal, em 22 de dezembro de 2005, portanto 40 anos depois do final do Vaticano II, o papa Bento XVI procurou responder a essa pergunta. “À hermenêutica da descontinuidade”, disse o papa naquela ocasião, “opõe-se à hermenêutica da reforma”, acrescentando a seguir o que permitiu a passagem de uma pastoral colonial para uma pastoral pós-colonial: “É exatamente neste conjunto de continuidade e descontinuidade a diversos níveis

que consiste a natureza da verdadeira reforma” (SUESS, 2012). O Cimi, comprometido com a defesa da vida dos povos indígenas em todas as suas dimensões, veio para implementar essa “verdadeira reforma”, no campo da pastoral indigenista e indígena. Assumiu a sua missão como uma pastoral profética de denúncia, renúncia e anúncio: denúncia da vida indígena ameaçada, renúncia a um estilo de vida insustentável (cf. LS 161) e anúncio do “bem viver” em uma sociedade fraterna “com o sabor do Evangelho” (FT 1).



Foto: Egidio Schwade/Cimi

V encontro da pastoral indigenista, em Belém (PA), no ano de 1975. Os encontros pastorais ajudaram a definir e alinhar a atuação do Cimi no país

* Texto adaptado a partir de artigo publicado originalmente na revista “Caminhos de Diálogo”, da PUC Curitiba, ano 10, n. 16, jan/jun 2022

[1] Doutor em Teologia pela Universidade de Münster. Bacharel em Teologia pela Universidade de Munique (LMU). Assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

[2] Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela USP. Atualmente é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, integrando o Programa Pindorama voltado aos indígenas na PUC/SP

Propostas

Em sua primeira Assembleia Geral, de 1975, o Cimi reconheceu, em nome da Igreja Missionária, uma corresponsabilidade na espoliação territorial, destruição cultural e negação jurídica às quais, por séculos, os povos indígenas foram submetidos. Ao mesmo tempo, em seu Documento Final, comprometeu-se com seis linhas de ação programática que, não somente até hoje constam de sua orientação pastoral, como também deixaram seus vestígios nas subseqüentes Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e do Caribe de Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007):

Terra/Território: Recuperação, demarcação e garantia de “terra apta e suficiente para um crescimento demográfico adequado à sua realidade ecológica e socioeconômica” (SUESS, 1980). O Cimi comprometeu-se a “apoiar decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra”.

Cultura: “Reconhecer, respeitar e apoiar o direito que têm os povos indígenas de viver segundo a sua cultura” e “animar os grupos em processo de desintegração para que revitalizem sua cultura” (CIMI, 1980). O conhecimento da cultura do outro é o pressuposto da possibilidade de qualquer diálogo e comunicação. “A partilha e o anúncio exigem o conhecimento profundo da língua, dos códigos e símbolos da respectiva cultura indígena como meio para que o diálogo se realize” (CIMI, 2015).

Autodeterminação: “Reconhecer que, como pessoa e como povo, são e devem ser aceitos como adultos, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismo, capazes de construir sua própria história” (CIMI, 1980). A organização das Assembleias de Lideranças Indígenas surgiu desse incentivo da autodeterminação, tornando-se as principais formas de sua expressão.

Em plena ditadura militar, a primeira dessas Assembleias realizou-se em Diamantino (MT), na Missão Anchieta dos jesuítas, em abril de 1974. Participaram do encontro 16 chefes indígenas, representando os povos Apiaká, Kayabi, Tapirapé, Rikbaktsa, Irantxe, Paresi, Nambikwara, Xavante e Bororo. A Segunda Assembleia Indígena, em maio de 1975, convocada para a sede da Missão Franciscana do Cururu, no Alto Tapajós, já reuniu 33 líderes, representando 13 diferentes nações indígenas. Dos 3.600 Mundurucu que vivem espalhados pela região do Alto Tapajós, cerca de 800 se deslocaram em canoas para o Cururu e acompanharam os trabalhos, participando das festas de confraternização à noite. Entre as reivindicações básicas do encontro constam a demarcação das reservas, a valorização da cultura, a união entre os diferentes povos indígenas e a participação nas decisões da política indigenista do governo.

A partir dessas assembleias, indígenas de diferentes povos e nações, começaram a reconhecer-se como vítimas do mesmo sistema de dominação, criaram uma consciência comum sobre as causas do seu sofrimento e fizeram ouvir a sua voz diante da sociedade nacional.

Encarnação/Inculturação: A encarnação foi compreendida como seguimento de Cristo, comprometido com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles e “assumindo sua causa, [...] superando as formas de etnocentrismo e colonialismo” (SUESS, 1980). “Os missionários não se limitem à adaptação de alguns ritos nas cerimônias, mas se comprometam também a um sério estudo da cultura e da religião indígena”.

Conscientização: A Igreja assume uma atitude de autocrítica “sobre sua aliança com os poderosos, optando real e eficazmente pelos oprimidos e marginalizados” (SUESS, 1980). O Cimi assumiu um compromisso com a formação integral dos missionários, porque grande parte deles não recebeu orientação para realizar esse tipo de trabalho.

Pastoral Global: A pastoral indigenista se propôs a inserir-se como parte integral da Igreja local, como pastoral específica, contextual, universalmente libertadora e nacionalmente organizada e estruturada. Ao mesmo tempo, a pastoral indigenista do Brasil faz parte “da missão que a Igreja Latino-Americana se sente chamada a cumprir no mundo de hoje”. Ela deve visibilizar “o apelo dos oprimidos e marginalizados, superando nossos individualismos de Igrejas e Congregações” (SUESS, 1980).



X Assembleia Geral do Cimi, em 1993

Ao concluir essas Linhas de Ação de 1975, o Cimi destacou sua proposta de uma sociedade alternativa, que permanece até hoje um sonho, um horizonte e uma esperança em prol da sobrevivência de toda a humanidade: “cremos proporcionar uma alternativa ao único modelo socioeconômico e religioso da sociedade”, do mundo e do planeta.

Alianças

Com quem defender a vida dos povos indígenas em uma sociedade de classe, estruturalmente focada em crescimento de lucros para privilegiados, e com uma Igreja dividida entre setores pré e pós-conciliares e despreparada para o reconhecimento da diversidade étnica e religiosa como imperativo de sua missão evangelizadora? É fundamental consolidar alianças tendo como horizonte uma nova ordem social, baseada na solidariedade e tolerância, no respeito à dignidade humana e à diversidade étnica e cultural.

Um ano antes da fundação do Cimi, um grupo de antropólogos reunidos na ilha de Barbados (1971) lançou duras críticas aos Estados e aos próprios antropólogos, e denunciou as missões religiosas da América Latina como “uma grande empresa de recolonização e dominação, em convivência com os interesses imperialistas dominantes”.

Nessa Declaração, os participantes desse “Simpósio sobre a fricção interétnica na América do Sul”, patrocinado pelo “Programa de Combate ao Racismo” do Conselho Mundial das Igrejas, propuseram “que o melhor para as populações indígenas, e também para preservar a integridade moral das próprias igrejas, é acabar com toda atividade missionária”.

Essa proposta de uma moratória missionária não só para o Brasil, mas para todo um continente, causou espanto e mostrou a urgência de uma reorientação missionária já iniciada pelo Vaticano II - e Medellín - e fortaleceu as ilhas de autocrítica já existentes no interior de muitas Igrejas. O

Foto: Egon Heck/Cimi



Dom Luciano, então presidente do Cimi, com Paulo Paiakan e Raoni Metuktire, durante as articulações em defesa dos direitos dos povos indígenas na Constituinte, em 1988

Cimi reagiu ao evento de Barbados com uma autocrítica contundente e reconheceu “que grande parte dos missionários, que já trabalham em Missões, não receberam orientação para esse tipo de trabalho” (CIMI, 1980), e se comprometeu com a organização de cursos, reciclagem e seminários de Antropologia, Teologia e Economia.

Desde o início de sua atuação, o Cimi procurou setores aliados dispostos a romper com os paradigmas hegemônicos do crescimento, da aceleração e, segundo Barbados, com “o espírito suntuário e faraônico das missões”, superando “o herodianismo intrínseco à atividade catequizadora como mecanismo de colonização, europeização e alienação das populações indígenas”. Em Barbados, apresentaram-se os primeiros parceiros de uma aliança autocrítica para o Cimi, os antropólogos. Um dos assinantes de Barbados, Darcy Ribeiro, que veio do seu exílio do Chile, assessorou posteriormente vários encontros do Cimi.

Outras alianças eram necessárias e possíveis, no interior da própria Igreja católica, por exemplo, com as diferentes pastorais próximas aos movimentos populares, alianças no âmbito ecumênico e interreligioso, alianças interculturais e interétnicas, e alianças com setores favoráveis à causa indígena nos diversos países latino-americanos. Durante a ditadura, o que uniu essas alianças foi o movimento pela redemocratização do país. Posteriormente, a costura política dessas alianças com setores eclesiais e civis, e contra a política oficial de integração, aculturação e desenvolvimentismo, era e continua sendo um desafio maior.

No Brasil, na época da criação do Cimi, os povos indígenas eram considerados uma minoria desorganizada com não muito mais do que 100 mil indivíduos. Hoje, 50 anos mais tarde, contam um milhão, dos quais, aproximadamente, a metade vive em suas aldeias, e a outra metade em ambientes urbanos. Defender a causa indígena, articular na sociedade ilhas e setores isolados e favoráveis a essa causa, e transformar, a partir do Vaticano II e de Medellín, um sentimento humanitário genérico em um dever evangélico específico, urgente e comprometido preferencialmente com os pobres e os outros, eram e são seus maiores desafios.

O Documento Final da “Segunda Assembleia Geral” do Cimi, de 1977, despertou mais explicitamente o trabalho missionário para a necessidade das alianças. Ao assumir a “evangelização libertadora, constatamos cada vez mais como é uma só a causa dos grupos oprimidos, e por isso nos comprometemos a promover um maior entrosamento entre a Pastoral Indigenista, a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária” (SUESS, 1980).

No Documento Final da “Terceira Assembleia Geral”, de 1979, já se encontra a dimensão latino-americana e ecumênica das alianças com mais ênfase: “procurando juntos a conversão ao Evangelho, assumimos com a Igreja na América Latina a opção preferencial pelos pobres. Para nós, concretamente isto significa uma opção pelos povos indígenas”.

O documento recomenda ainda “uma atenção maior ao contato e colaboração com as missões de outras Igrejas”. A dimensão continental e a prática ecumênica da evangelização

→ tornam necessário “que os povos indígenas e o trabalho missionário se unam no âmbito de América Latina”.

Em 1980, o Cimi organizou em São Paulo o “Primeiro Encontro Ecumênico de Pastoral Indigenista” do Cone Sul, com a participação de representantes de Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Os participantes se comprometeram a fazer um anúncio do Evangelho focado na “libertação integral” e na defesa dos “direitos fundamentais dos povos”, zelando pela “unidade dos povos indígenas” e impedindo “divisões por problemas religiosos”.

Foi organizada uma série de encontros, consultas e cursos latino-americanos que eram sempre também ecumênicos: Manaus (1977/1980), Brasília (1983), com o tema “Organizar a esperança”; São Paulo (1985), Quito (1986), com o tema “Contribuições dos povos indígenas à Teologia Cristã”; São Paulo (1991), com o tema “500 anos: situação atual e raízes históricas dos povos indígenas, desafios e compromissos”; La Paz (1992), e muitos outros (PREZIA, 2003).

Para essa caminhada ecumênica e continental, o Cimi se articulou com o “Conselho Latino-Americano de Igrejas” (CLAI), uma organização de igrejas e movimentos cristãos não católicos, criado em 1983 no Peru e com sua sede em Quito, Equador.

Desde 2005, o Cimi assumiu, o que já era prática anterior, em seu Plano Pastoral, explicitamente “como aliança primeira e maior, a própria articulação dos povos indígenas no Brasil e no continente como pressuposto das alianças externas” e se empenhou também na articulação das “alianças dos povos indígenas com o movimento popular” (CIMI, 2015).

Na caminhada ecumênica e latino-americana do Cimi nasceu, nos anos de 1990 e ainda bastante improvisado, a “Articulação Ecumênica Latino-Americana da Pastoral Indígena” (AELAPI), que se tornou o berço da articulação dos encontros da Teologia Índia. No sítio da AELAPI está publicado todo o conteúdo programático do Primeiro e do Segundo Encontro Latino-Americano de Teologia Índia (México, 1990; Panamá, 1993), e estão também registrados os encontros seguintes de Bolívia (1997), Paraguai (2002), Brasil (2006), El Salvador (2009), Equador (2013), e Guatemala (2016). Desde o ano 2011, em Lima, a AELAPI constituiu-se em Instituição Ecumênica de Direito Civil sem fins lucrativos e se comprometeu em sua Ata Fundacional a:

- Assumir a causa dos povos indígenas, solidarizando-se com suas aspirações, lutas e propostas, presentes em suas culturas e experiências religiosas.
- Ser sinal profético nas igrejas: denunciar os sinais da morte e anunciar a presença de Cristo criador nas cosmovisões, mitos, ritos, línguas e outras expressões da espiritualidade dos povos originários.
- Estimular a reflexão teológica própria das comunidades indígenas, em vista do projeto de vida alternativo para a sociedade e as igrejas.
- Denunciar as formas com que a sociedade envolvente agride a biodiversidade da criação, afeta a saúde e a cultura dos povos indígenas e impõe estilos de vida alheios às suas tradições e põe em perigo a vida da humanidade.

O Cimi, como organismo da CNBB, estava e está também articulado com a pastoral mais ampla da América Latina nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano de



Em 1984, a prelaia de São Félix do Araguaia (MT) realizou um encontro entre missionários, indígenas Tapirapé e Karajá e aliados, como Bartolomeu Meliá, para discutir as perspectivas da evangelização entre povos indígenas

Puebla (1979), Santo Domingo (1992), Aparecida (2007) e do Sínodo para a Amazônia (2019), em cujos documentos finais se encontram vestígios de uma nova pastoral indigenista e de uma ação missionária politicamente situada, mística e militante.

A defesa dos povos indígenas obriga-nos a ampliar, aprofundar e fortalecer as alianças. Na Exortação Apostólica Evangelii gaudium, o Papa Francisco nos pede para não ficarmos parados, mas com “santa ousadia buscar novos caminhos” (EG 288), e nos pergunta: “Por que esperamos nós?” (EG 120). E exorta: “Não tenhas medo!” (Lc 5,10).

Martírio

Toda experiência de caminhar por novos caminhos, de corrigir as estruturas destrutivas de produção e de humanizar

a convivência das pessoas entre si e com a natureza “requer mudanças profundas nos estilos de vida” (LS 5). A opção missionária do Cimi contrariou os interesses do latifúndio, do grande capital e do modelo de desenvolvimento. Em consequência, a sua história está, como a história dos povos indígenas, marcada por suspeitas, perseguições e martírios. Desde 1978, o Porantim, e a partir de 2003, o Relatório – Violência contra os povos indígenas no Brasil registram os cenários de luta solidária do Cimi.

O denominador comum dos mártires do Cimi é a luta profética pela terra e pela preservação da sabedoria dos povos indígenas, onde o Bem Viver é fruto de um estilo de vida partilhado por todos. Nós, que acompanhamos o Cimi desde seu início, levamos muitos nomes desses mártires na memória e no coração: Rodolfo Lunkenbein (1976), salesiano; Simão Cristino, Bororo; João Bosco Burnier (1976), jesuíta; Ezequiel Ramin (1985), comboniano; Cleusa Rody Coelho (1985), agostiniana recoleta; Vicente Cañas (1987), jesuíta; Marçal Tupã’í (1983), líder Guarani. Cada um, cada uma e tantos outros que os seguiram marcaram os 50 anos do Cimi e estão inscritos “no livro da vida” (Apc 13,8).

Epílogo

A missão do Cimi, que assumiu em 1972, no silêncio e na solidão da ditadura militar, a dívida histórica da Igreja católica para com os povos indígenas, continua. Não podemos “cair na tentação de virar a página, dizendo que já se passou muito tempo e é preciso olhar adiante” (Fratelli Tutti 249), e que já cumprimos a nossa missão.

Depois de 50 anos, o horror não passou. A violência contra os povos indígenas continua porque a sua causa continua no olho do furacão travestido de progresso, que invade e devasta seus territórios e suas condições de vida. A missão do Cimi e de seus aliados continua, como defesa das vítimas e “memória perigosa” de um outro mundo possível.



Dom Tomas Balduino no Acapamento Terra Livre em 2004-atl2004

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Nilson. Marçal de Souza – Guarani, 2008. Documentário-resumo com voz e imagem de Marçal, João Paulo II, Aristídia, Celina e outros. Disponível em: <https://youtu.be/mPBC7-V11wQ>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CAMARGO, Gonçalo Ochoa (org.). Pe. Rodolfo Lunkenbein: Uma vida pelos índios de Mato Grosso. In: Convergência, jul./ago. 1991, XXVI/244, p. 338-352.

CARELLI Vincent; SEVERIANO Milton. Mão branca contra o povo cinza. Vamos matar este índio? São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista (Brasil Debates), 1980.

CIMI/CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Documento Final da `Primeira Assembleia Geral`, 1975. In: SUESS, Paulo. Em defesa dos povos indígenas. Documentos e legislação. São Paulo: Loyola, 1980, p. 61-65.

CIMI/CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Plano Pastoral, 4a ed., Brasília: 2015.

DAVIS, Shelton H. Vítimas do milagre: O desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DECLARAÇÃO DO “SIMPÓSIO SOBRE A FRICÇÃO INTERÉTNICA NA AMÉRICA DO SUL”, Barbados, 25 a 30 de janeiro de 1971. In: SUESS, Paulo. Em defesa dos povos indígenas. Documentos e legislação. São Paulo: Loyola, 1980, p. 19-26.

PREZIA, Benedito (org.). Caminhando na luta e na esperança. Retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do Cimi. Textos e documentos. São Paulo: Loyola, 2003.

QUARTO ENCONTRO PASTORAL DA AMAZÔNIA. Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia, San-

tarém, 1972. In: CNBB/CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Desafio missionário. Documentos da Igreja na Amazônia. Coletânea. Brasília, Ed. CNBB, 2014, p. 9-28.

SUESS, Paulo. Em defesa dos povos indígenas. Documentos e legislação. São Paulo: Loyola, 1980.

SUESS, Paulo. Apontamentos sobre a libertação e a causa indígena. Uma leitura estratégica. In: MESTERS Carlos/SUESS Paulo. Utopia cativa. Catequese indigenista e libertação indígena. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 51-88.

SUESS, Paulo. A causa indígena na caminhada e a proposta do Cimi: 1972-1989. Petrópolis: Vozes, 1989.

SUESS, Paulo. Inovação pastoral da Igreja Católica: O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apresentado em 01.09.2010 no Simpósio Temático II:

“Métodos Missionários e Missões Religiosas entre Povos Indígenas” das “XIII Jornadas Internacionais sobre as missões jesuíticas. Fronteiras e identidades: povos indígenas e missões religiosas”, Universidade Federal da Grande Dourados/Faculdade de Ciências Humanas (org.), Programa de Pós-Graduação em História, inédito.

SUESS, Paulo. Impulsos e intervenções: Atualidade da Missão. São Paulo: Paulus, 2012.

SUESS, Paulo. Transformação do paradigma missionário: o martírio de Rodolfo Lunkenbein e Simão Bororo (1976-2016). In: Porantim, XXXVII/386, jun./jul. 2016, p. 3-5.

SUESS, Paulo; GOMES, José Agnaldo. A causa indígena como crítica da `razão colonial`. In: Revista Internacional de Teologia – Concilium (Brasil), n. 382. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019/4, p. 84-95.

Mártires da causa indígena

Entre 1972 e 1988, nas primeiras décadas de caminhada do Cimi, diversas pessoas foram assassinadas por sua posição em defesa dos direitos indígenas

Por *Osmarina de Oliveira* e *Egon Heck**

Entre 1974 e 1988, no período de chumbo da Ditadura Militar e na embrionária e frágil abertura democrática, que mais estava para continuidade da Ditadura, diversas pessoas foram assassinadas por sua posição em defesa dos povos indígenas. São mártires de uma causa que abraçaram por opção ou por “destino” (vocação para os Cristãos). A consciência das injustiças que estavam sendo cometidas e a necessidade de interferir para que cessassem ou mesmo que as vítimas fossem reparadas, foi motivo de ódio de alguns, levando ao assassinato.

São pessoas que se opuseram ao regime vigente, que não aceitavam ver os povos indígenas sendo vítimas de alguns poucos interesses econômicos, não admitiam um Estado omissivo e tolerante às injustiças. São pessoas que sabiam que sua opção colocava a própria vida em risco, mas mesmo assim não desistiram, estimularam outras pessoas, fizeram discípulos e entregaram a vida.

Esses assassinatos têm em comum a consciência de que a vida estava em risco. Todos tinham consciência que suas ações incomodavam poderes estabelecidos, todos eles lutavam por justiça social, nenhum deles desejava morrer, embora não tenham tido medo de entregar a vida.

Sabemos que nesse período histórico ocorreram inúmeros massacres contra os povos indígenas, além de mortes por descasos, como fome e doenças, que não há como mensurar.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) estimou ao menos 8.350 indígenas assassinados no período, “em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa”.

Os números podem ser comprovados pelas informações oficiais do próprio Estado, como no caso dos Waimiri-Atroari, que em 1972 a Funai estimava “uma população de cerca de 3 mil pessoas, em 1987 eram somente 420, tendo chegado a 350 em 1983”, conclui o Relatório.

O Relatório traz informações precisas de alguns massacres, outros evidentemente jamais tomaremos conhecimento. Outras obras, como os livros *Os Fuzis e as Flechas* (2017) e *Vítimas do Milagre* (1978), também são emblemáticas nas especificações dos crimes e das vítimas. São assassinatos de pessoas que estavam no caminho do “progresso”, do “desenvolvimento” que não se sujeitaram e se opuseram ao regime vigente. Essas 8.350 mortes se somam a esses mártires. Alguns estavam no caminho, outros se colocaram no caminho. Porém, todos são vítimas da ação e omissão do Estado.

Entre os mártires, quatro eram líderes indígenas e ao menos cinco eram ligados à Igreja Católica: três padres, um irmão e uma irmã. Após a expulsão dos jesuítas, no século XVIII, a Igreja Católica não havia mais se posicionado em âmbito nacional em defesa dos povos indígenas. Com raras exceções, missões e dioceses atendiam sua microrregião, mais preocupadas em sacramentalizar os indígenas do que em ser voz profética de denunciar as injustiças que estavam sendo cometidas.

Essas cinco pessoas não aceitaram as ordens do sistema, romperam, denunciaram e anunciaram. Os quatro líderes indígenas assassinados não eram apenas líderes comunitários, mas tinham incidência regional e nacional. Eram pessoas que entendiam o sentido da unidade, a importância da organização e os riscos de se opor ao sistema.

Os governos militares foram os grandes responsáveis por esses crimes, ao não aplicar a lei e, assim, permitir o surgimento de esquadrões da morte ou mesmo grupos armados que agiam ao arrepio da lei para defender seus crimes.

* *Osmarina de Oliveira* é integrante do Cimi Regional Sul e mestranda no PPG-IELA da Unila. *Egon Heck* é membro fundador do Cimi. Texto adaptado a partir de artigo originalmente publicado no livro *O Movimento Indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*, organizado por Egon Heck e Clovis Antonio Brighenti e publicado em 2021 pela EDUNILA.



João Bosco Penido Burnier (1917-1976)

Pe. João Bosco Penido Burnier foi ordenado sacerdote da Companhia de Jesus em 1946, em Roma. Em 1954, após concluir os seus estudos na Espanha, retornou ao Brasil e foi então trabalhar na missão em Diamantino (MT), junto as indígenas Bakairi e com os Tapayuna, mais conhecidos como índios beijo de pau. Participou também da coordenação do Cimi Regional Mato Grosso. Nos anos 1970, foi trabalhar na prelaquia de São Felix do Araguaia (MT), região de intensos e extremos conflitos fundiários. Na década de 1970, era a região do Brasil em que mais se tem registros de conflitos no campo. Além dos trabalhos com indígenas, Burnier passou a desenvolver trabalhos com camponeses e a defesa dos direitos humanos. No dia 11 de outubro de 1976, fez uma visita à cadeia da cidade, por indícios de que estavam torturando mulheres presas. Burnier, ao interceder por elas, foi alvejado por um tiro de bala “dandum” e veio a falecer no dia seguinte. Em dezembro de 2009, o governo federal, através do trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, admitiu que o assassinato do Padre Burnier foi provocado pelo regime militar. Em sua memória, acontece na Prelazia de São Felix do Araguaia a Romaria dos mártires da caminhada, na comunidade de Ribeirão Cascalheira.



Reprodução

Ângelo Pereira Xavier (1979)

Não se tem registro da data do nascimento, apenas sabe-se que em 1979, Ângelo Pereira Xavier era cacique do povo Pankararé na Terra Indígena Brejo do Burgo, município de Nova Glória, norte da Bahia. As terras férteis e com rico manancial de águas destacavam-se no semiárido da região, como também despertava cobiça de fazendeiros locais. O governo do estado da Bahia, alinhado ao governo militar, orientou o Instituto de Terras do Estado da Bahia (Interba) a titular a terra em nome dos fazendeiros. A comunidade passou a sofrer repressão policial e toda forma de constrangimento. Pouco adiantava o cacique Ângelo denunciar às autoridades a violência sofrida, porque eram as próprias instituições públicas coniventes com os crimes. No dia 26 de dezembro de 1979, quando o cacique Ângelo se dirigia ao roçado com um de seus sete filhos, foi alvejado por disparos de arma de fogo de uma tocaia preparada no caminho. O criminoso fugiu do local sem ser visto. Os autores do crime nunca foram presos. A Funai justificou o caso, dizendo que o crime seria por conta de uma desavença entre os indígenas, mas a comunidade reafirmou que a morte se deu por conta da defesa da terra indígena.



Reprodução

Ângelo Kretã (1952-1980)

Ângelo Kretã, do povo Kaingang, vivia na Terra Indígena (TI) Mangueirinha, sudoeste do estado do Paraná, local que até hoje conserva a maior reserva de araucária do Brasil. Em 12 de maio de 1949, um acordo foi celebrado entre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o governador do estado do Paraná, Moisés Lupion. A área foi expropriada dos indígenas e vendida ao grupo econômico Forte-Khury, que vendeu as terras um mês depois à F. Slaviero & Filhos Indústria e Comércio de Madeiras. Durante um ato público realizado em Curitiba no dia 23 de dezembro de 1979, Ângelo Kretã manifestou para mais de mil pessoas que ocupavam o auditório: “nós vamos ocupar a qualquer momento a área de 8.976 hectares que nos foi roubada pelo Grupo Slaviero”. Aos 28 anos de idade, Kretã era cacique em sua comunidade. Participou ativamente nos processos que os próprios indígenas denominaram “desintrusão” das terras indígenas no sul do Brasil e era vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no momento o único partido de oposição tolerado pela Ditadura Militar, onde aglutinavam-se os opositores ao regime. A ação política de Kretã provocou a ira em diversas pessoas e entidades. Na noite de 22 de janeiro de 1980, “o cacique e três soldados da PM caíram numa emboscada, quando uma jamanta [carreta], ao desviar de um volks deixado abandonado na estrada, colidiu com o carro que ocupavam”, descreve o relato publicado no Boletim do Cimi. Kretã morreu no dia 29 daquele mês, num hospital de Curitiba. A Comissão Estadual da Verdade reexaminou o caso e observou que a morte de Kretã teria sido resultado “de uma emboscada destinada a matá-lo”.



Arquivo Cimi

Simão Cristino Koge Kudugodu (1928-1976) e Rodolfo Lunkenbein (1930-1976)



Arquivo Cimi

Os assassinatos do indígena Bororo Simão Cristino Koge Kudugodu, que completaria 39 anos no dia 27 de outubro de 1976, nascido na aldeia Meruri (MT), e do Padre Salesiano Rodolfo Lunkenbein (37 anos), nascido em Döringstadt, na Alemanha, são episódios que se unificam pela causa em que lutavam. Kudugodu defendia o povo no qual nasceu e aprendeu os costumes, a língua e tudo que precisava para sobreviver; Lunkenbein ou Koge Ekureu (Peixe Dourado), como carinhosamente lhe chamavam os Bororo, afirmava sempre que aprendeu muito com esse povo, foi viver entre eles por opção, fazia pouco mais de uma década. Foram assassinados no mesmo dia e na mesma hora, no mesmo episódio, por gente querendo tomar as terras dos Bororo e dispostos a tudo para não serem contrariados. Os assassinatos ocorreram na Colônia Meruru, ou Missão Salesiana, dentro da TI Meruri, município de General Carneiro (MT). A terra foi demarcada e hoje está na posse dos Bororo. Porém, o processo judicial que buscava responsabilizar e punir os agressores e assassinos de Rodolfo e Simão não resultou em conclusão positiva. Ninguém foi punido e o processo foi arquivado.

Marçal de Souza Tupã'i (1920-1983)



Foto: Paulo Strass/Cimi

→ “Eu sou uma pessoa marcada para morrer”, afirmou o Guarani Nhandeva Marçal de Souza Tupã'i (Pequeno Deus), ao papa João Paulo II durante o encontro com o pontífice, em julho de 1980, em Manaus (AM). Completou Marçal: “Mas por uma causa justa a gente morre!”. Aos 63 anos, Marçal foi testemunha das inúmeras expulsões e massacres que ocorreram contra seu povo. Na aldeia Campestre, onde vivia, trabalhava como enfermeiro. Ele tinha sido ameaçado de morte diversas vezes – inclusive, alguns dias antes do assassinato ofereceram-lhe dinheiro para que ele convencesse o grupo a desistir da luta. Marçal recusou. Na noite do dia 25 de novembro de 1983, dois pistoleiros armados desferiram cinco tiros à queima-roupa e desapareceram na escuridão da noite. O revólver foi encontrado no dia 1º de dezembro com Rômulo Gamarra, preso em março do ano seguinte após confirmação do exame de balística. A prisão, entretanto, não durou muito, apenas 60 dias, pois foi solto graças a um habeas corpus. A pergunta que os indígenas se faziam naquela época, registrada por Benedito Prezlia, era: “como um simples capataz de fazenda poderia ter dinheiro para contratar um dos melhores criminalistas do estado?”. Somente em 1985, o fazendeiro Líbero Monteiro Lima foi indiciado no inquérito da Polícia Federal de Ponta Porã. O julgamento foi marcado para 1993, em Ponta Porã, porém o réu foi absolvido por falta de provas. Novo julgamento ocorreu em 1998, após 15 anos do crime, porém, novamente o fazendeiro foi absolvido. Ninguém foi punido. A justiça fez pouco caso, seja por omissão ou conivência. Mas, a sociedade brasileira e mundial reconheceu em Marçal Tupã'i a voz dos Guarani e Kaiowá. De fato, a Aty Guasu, a Grande Assembleia Guarani e Kaiowá, apoiada por Tupã'i, hoje é uma organização forte que dá esperança ao povo Guarani e Kaiowá.

Cleusa Carolina Rody Coelho (1933-1985)

Cleusa Carolina Rody Coelho ingressou na Congregação das Missionárias Agostinianas Recoletas em 1952 e foi morar na primeira casa da congregação, localizada na Ilha das Flores, no estado do Rio de Janeiro. Esteve em missão em Lábrea (AM), Manaus (AM), Colatina (ES) e Vitória (ES). Quando decidiu mudar-se para Lábrea, não imaginou que ali encontraria o sentido de sua vida junto aos povos. Irmã Cleusa percebeu que seu trabalho pastoral com os indígenas não era bem visto na cidade e perante os ribeirinhos vizinhos dos indígenas.



Reprodução

A região onde vivia o povo Apurinã possuía uma grande área de castanhal, que despertava interesse de grupos econômicos e políticos regionais, além de comerciantes e fazendeiros da região. Alguns dias antes do assassinato de Irmã Cleusa, a aldeia tinha sido vítima de um crime bárbaro. A mando dos castanheiros e latifundiários interessados nas terras dos Apurinã, a mulher e o filho do cacique tuxaua Agostinho foram assassinados. O objetivo era matar o cacique. No dia 28 de abril de 1985, Irmã Cleusa foi até a cidade de Lábrea para pedir a investigação e apuração do caso. No trajeto ela se deparou com o barco do assassino da esposa e filho do Tuxaua que atirou contra o barco da irmã. Um dos tirou atingiu de raspão no indígena Raimundo Paulo que acompanhava a missionária na embarcação. Irmã Cleusa orientou Raimundo Paulo a tratar de fugir, pois ele tinha família para cuidar, e afirmou que ela iria conversar com Raimundo Podivem. No dia seguinte, encontraram seu corpo, já sem vida. Exames de raios-X, realizados na época no Hospital de Lábrea, indicaram que Irmã Cleusa teve o seu crânio, costela e um braço quebrado. O “crime” que custou a vida de Irmã Cleusa foi buscar reunir os indígenas para lutar pelos seus direitos.

Ezequiel Ramin (1953-1985)



Arquivo Missionários Combinados do Conselho de Jesus

A injustiça era a angústia que inquietava Pe. Ezequiel. Trabalhando numa região do Brasil em que a lei pouco valia, lutar pela justiça social parecia algo impossível. Na década de 1980, no estado de Rondônia, estava ocorrendo um processo de colonização extremamente violento e desordenado, com incentivo do governo brasileiro. Empresas de colonização e grandes fazendeiros haviam se apropriado da maior parte das terras. Títulos fraudulentos, grilagem e expulsão de indígenas de seus territórios faziam parte da rotina da nova colonização. A pedido das mulheres do grupo de posseiros que tinha ocupado a fazenda Catuva, no dia 24 de julho de 1985, Pe. Ezequiel foi fazer uma visita na ocupação. Nas conversas com os posseiros, Pe. Ezequiel tinha o propósito de convencer os posseiros de que a melhor estratégia no momento era desocupar a fazenda. Um carro com pistoleiros acompanhou cada passo de Pe. Ezequiel, junto com ele estava Adílio de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que sugeriu que abandonassem o carro no local e voltassem para casa a pé, pela mata. Pe. Ezequiel achou melhor conversar com os pistoleiros. Quando desceu do carro, foi alvejado pelos jagunços. Em março de 1988, quase três anos depois do crime, houve o julgamento e apenas dois pistoleiros foram presos e confessaram a autoria do crime. Os dois foram condenados a dezesseis anos de reclusão pela morte do padre Ezequiel e a oito anos pela tentativa de homicídio de Adílio de Souza.

Vicente Cañas (1939-1987)



Arquivo Cimi

Vicente Cañas Costa nasceu em Albacete, Espanha. Com 21 anos de idade entrou no Noviciado da Companhia de Jesus e, após, manifestou sua intenção de desenvolver atividade missionária junto aos povos indígenas no Brasil. Ele buscou autorização para fazer atendimento de saúde de Tapaiunas sobreviventes dos contatos catastróficos com as frentes de expansão no vale do rio Arinos, trabalho que manteve até abril de 1970. Em 1971, os jesuítas Vicente Cañas e Thomaz de Aquino Lisboa mantiveram os primeiros contatos com os Myky, também no Mato Grosso. E foi junto aos Myky que Vicente ganhou o nome Kiwxí. Os dois missionários participaram ativamente da criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em 1974, Vicente Cañas e Thomaz Lisboa estabeleceram os primeiros contatos com o povo Enawenê-Nawê, no estado de Mato Grosso, povo ao qual Cañas passou a se dedicar no final de 1975. Ao conviver com esse povo percebeu que ainda estavam sem contato com a sociedade nacional, mas as terras por eles ocupadas tradicionalmente estavam pretendidas e algumas tituladas em nomes de políticos e empresários regionais. A grilagem de terra era a marca da ação do estado no Mato Grosso. Em 1977, Cañas começou a residir entre eles, porém não na aldeia, mas num ponto em que todos que fossem para a aldeia tivessem que passar próximo a sua casa. Era uma espécie de guardião da porta de entrada, também no sentido de impedir que doenças entrassem no meio desse povo recém contatado. Essas ações se converteram no trabalho pela preservação de seu território e, após muita pressão e cobranças, a Funai decidiu criar um Grupo Técnico (GT) para proceder com os estudos para identificação e delimitação da terra, no qual Vicente Cañas foi indicado para compor. A notícia de que a Funai pretendia demarcar a terra dos Enawenê-Nawê foi como uma bomba entre setores empresariais e políticos de Juína. Era abril de 1987. Após alguns meses em que os companheiros de trabalho de Vicente não tinham notícias dele, decidiram averiguar o que estava ocorrendo. Quando os missionários chegaram próximos ao local, encontraram o corpo de Vicente mumificado e preservado. O corpo estava com dentes e crânio quebrados, perfuração na parte superior do abdômen, para atingir o coração, e os órgãos genitais cortados ou arrancados. Apenas 19 anos depois, em 2006, aconteceu o primeiro julgamento do assassinato, e neste julgamento os acusados foram absorvidos. Somente depois de 30 anos o único dos acusados de organizar o assassinato ainda vivo, Ronaldo Antônio Osmar, delegado aposentado da Polícia Civil de Juína, localidade onde ocorreu o crime, foi condenado a 14 anos e três meses de reclusão em regime inicial fechado. A demora em elucidar o caso se explica: um dos mandantes do assassinato era também o delegado que investigava. Vicente foi homenageado com o nome do Centro de Formação que o Cimi mantém em Luziânia (GO).

REFERÊNCIAS

AGOSTINIANOS RECOLETOS. Irmã Cleusa, mártir da justiça e da paz – <http://www.santarita-oar.org.br/index.php/using-joomla/extensions/components/content-component/article-category-list/462-irma-cleusa-martir-da-justica-e-da-paz>

ANAI – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO. A luta é de todos. Nota da Associação Nacional de Apoio ao Índio – PR. Boletim do Cimi. ano 9. n. 62. p. 13. Brasília-DF, 1980.

BALDUÍNO, Tomás. Depoimento ao cineasta Zelito Viana. Documentário audiovisual Terra dos Índios. Rio de Janeiro: Embrafilme. Mapa, 1979.

BOLETIM DO CIMI. ano 9. n. 62. p.7. Brasília-DF, 1980.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

BORGES, Pedro. Depoimento ao Documentário Ir. Cleusa. In: DOCUMENTÁRIO IR. CLEUSA. Irmã Cleusa – mártir da causa indígena. São Paulo: 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=nU6lezWkcf0>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

CAÑAS, Rosa. Entrevista ao Cimi. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/02/acusado-de-agenciar-o-assassinato-de-vicente-canas-e-condenado-14-anos-e-3-meses/>. Acesso em: 12-02-2019

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná/Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017.

DAVIS, Shelton. Vítimas do Milagre: O desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DOCUMENTÁRIO IR. CLEUSA. Irmã Cleusa – mártir da causa indígena. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nU6lezWkcf0>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

JORNAL PORANTIM. Ano III Nº 71/72. Brasília-DF. Janeiro/fevereiro-1985

JORNAL PORANTIM. Ano III Nº 76. Brasília-DF. Junho-1985

JORNAL PORANTIM. Tomba na luta Marçal Tupã'y. Ano IV n 58, p.6. Brasília-DF dezembro de 1983.

KRETÃ, Ângelo. Depoimento ao cineasta Zelito Viana. Documentário audiovisual Terra dos Índios. Rio de Janeiro: Embrafilme. Mapa, 1979

KRETÃ, Ângelo. Vamos ocupar nossa terra. Boletim do Cimi. ano 9. n. 62. p. 14 e 15. Brasília-DF, 1980.

MUNARI, João. Ezequiel Ramin a força de um testemunho. Editado por Editoro Alô Mundo. São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.combonianos.org.br/images/pdfs/biografia-ezequiel-ramin-2.pdf>. Acesso em: 11/02/2019.

OCHOA, Gonçalo. O Massacre de Meruri. Boletim do Cimi. Ano 5 n 30, p.12-14. Brasília-DF, julho de 1976.

OCHOA, Gonçalo. O reserva Bororo de Meruri. Boletim do Cimi. Ano 5 n 30, p.5-8. Brasília-DF, julho de 1976a.

PREZLIA, Benedito. Marçal Guarani – a voz que não pode ser esquecida. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTÂNGELO, Enzo. Terra e arame farpado. Ezequiel

Ramin, voz dos Excluídos. São Paulo: Edições Loyola, 1995. 191p.

TUPÃ'I, Marçal de Souza. Depoimento ao cineasta Zelito Viana. Documentário audiovisual Terra dos Índios. Rio de Janeiro: Embrafilme. Mapa, 1979.

TUPÃ'I, Marçal de Souza. Discurso ao Papa proferido na sacada episcopal de Manaus. Boletim do Cimi. Ano 9, n. 65, p.11 e 12, Brasília, julho de 1980.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: História de Sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VERBO FILMES. Ezequiel Ramin – O Mártir da Opção pelos Pobres. São Paulo: Verbo Filme, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7s0_qFyGQAI. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

VERBO FILMES. KIWXI – Memória, missão e martírio de Vicente Cañas Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=caeSGvrFkTU&t=1126s>. Acesso em: 12-02-2019.

CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Ameaças e belezas da vida e da luta

Por Egon Heck

Em dezembro de 1978, encontrei embaixo da porta no porão da casa paroquial de Xanxerê, onde ficava a sede do Cimi Sul, um envelope em cujo interior estava uma espécie de cartão com o seguinte dizer: “O comando de caça aos Comunistas deseja ao Pe. Egon Dionísio Heck, simpatizante e ativista da canalhada comunista que enxovalha nosso país, um péssimo natal e que se realize no ano de 1979 nosso confronto final. São Paulo, dezembro de 1978 CCC”.

Nunca é demais lembrar a estratégia do governo brasileiro de se ver livre dos índios. Neste ano de 1978, o governo era obrigado pela lei 6001, Estatuto do Índio, de demarcar todas as terras indígenas. Quanto mais se aproximava a data final, e não conseguindo se ver livre por lei através do projeto da Emancipação, era necessário calar as vozes e forças aliadas dos índios. Dentre os principais estava o Cimi. É neste contexto que veio semelhantes ameaças, criminalizações e assassinatos.

Fica o ditado popular sobre a vida valer a pena quando a alma não é pequena. Nenhuma ameaça tira a beleza da vida e da causa abraçada com todo amor e carinho. O Cimi tem sido o espaço dessa doação da vida pela causa dos povos indígenas.

Na boca da morte

Tempo de conhecer a dura realidade dos povos e populações do Rio Jutai/AM: carregamos o barco de remédios, alimentos e esperança. Muitas esperanças. Sol causticante, causticante e muita malária foram encontrados. Nossa medicação foi rapidamente se acabando.

Quando já estávamos chegando no alto rio Juruázinho, comecei sentir os sintomas da malária. Calafrios e frios pelo corpo todo em determinados horários. O nosso remédio já havia acabado. Fui debilitando, a cada crise uma sensação de estar delirando. O jeito foi apressar a ida para Eirunepé/Am, no rio Juruá. Momentos de delírio davam a nítida impressão de estar batendo na porta do Céu. Porém, quem lá cuidava se apurava em vir me advertir: “volta, tua vez ainda não chegou. Vais ter que ralar ainda um bocado, antes da chegada definitiva”. E lá abria os olhos e via meus companheiros de trabalho. Comecei a temer pelo fim da minha jornada nesta floresta da Amazônia.

Antes de a noite nos visitar mais uma vez, decidimos juntos, imediatamente, nos colocarmos a caminho de Eirunepé. Porém, minhas energias estavam debilitadas. Não consegui mais caminhar. De forma rápida cortaram uma madeira, penduraram a rede e afundamos o pé na mata. Os momentos de delírio aumentavam. Depois de andar por mais de uma hora, os seringueiros sentiram dificuldade em continuar andando no varadouro. Juntaram umas palhas, amarraram a rede em duas árvores e tentamos fechar os olhos. Em vão. A situação era crítica e não dava para esperar. E lá, nós, mata adentro. Uma decisão providencial foi enviar um dos seringueiros a Eirunepé para conseguir uma condução que nos viesse apanhar no início da estrada. Quando avistei a estrada e o carro, foi como uma injeção de ânimo... em menos de uma hora estávamos no hospital. Imediatamente foram feitos os exames mais urgentes. Estava branco. Não era para menos. A hemoglobina apontou a gravidade.



Mais meia hora e eu estaria apagado. Imediatamente procuraram sangue para fazer transfusão. Não encontrando o sangue compatível, imediatamente acionaram o Frei Fulgêncio, em Manaus, que conseguiu dois litros doados por um pastor evangélico. Talvez esse sangue estimulasse meu diálogo ecumênico.

Lentamente fui me recuperando da malária Vivax, duas cruzes. Se fosse Falci-parum certamente não teria aguentado. Depois fiquei mais um tempo na casa das Irmãs me recuperando. Segui de volta depois de ter passado por um fio no batismo na Amazônia.

Mais um irmão

Lágrimas quentes deslizaram sobre a face quando comuniquei, no secretariado nacional do Cimi, que estava com Parkson. O irmão Parkson é como respeitadamente se referia Dom Pero Casaldáliga se referia a esse mal: “Tirante o irmão Parkson, de saúde vou 100%, graças a Deus”. Passo a ter mais um irmão. Se éramos nove, agora somos dez.

Gratidão

Poderia ser temerário e até injusto fazer referências a algum povo indígena com quem tive o imenso prazer de aprender dia após dia a grandeza, beleza e dignidade de cada uma das centenas de povos com os quais pude partilhar pedaços do caminho desse quase meio século de indigenismo missionário. Vi, senti e partilhei de muitos momentos de dor e sofrimento. Mas, em especial, partilhei muitos momentos de felicidade e alegria. Em especial profundos momentos de espiritualidade. Os indígenas me converteram. Devo a eles eterna gratidão e aos companheiros e companheiras do Cimi e tantos com quem tive a honra de caminhar e ser feliz.

Egon Heck é ex-padre, formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política e lutou, e ainda luta, bravamente ao lado de comunidades indígenas em todo o país, contrariando toda carga cultural e ideológica de preconceito contra os povos indígenas a que esteve exposto em sua própria família e diante da política de inúmeros (des)governos.

A coluna “Causos e Casos”, iniciada na edição de abril de 2021, é um especial rumo aos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que traz textos assinados por Egon Heck e Egidio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

É a comemoração do cinquentenário por meio do reconhecimento da contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista a partir de seus missionários e missionárias, aqui representados

por Egon Heck e Egidio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também

fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Egidio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.